

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
4 - NIRE 42300011274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. ITAMARATI, 160		2 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI		
3 - CEP 88034-900	4 - MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS			5 - UF SC
6 - DDD 48	7 - TELEFONE 3231-6011	8 - TELEFONE 3231-6030	9 - TELEFONE 3231-6160	10 - TELEX 482148
11 - DDD 48	12 - FAX 3231-6530	13 - FAX 3231-6039	14 - FAX -	
15 - E-MAIL http:\\www.celesc.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ARNALDO VENICIO DE SOUZA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. ITAMARATI, 160			3 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI	
4 - CEP 88034-900	5 - MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS			6 - UF SC
7 - DDD 48	8 - TELEFONE 3231-6011	9 - TELEFONE 3231-6030	10 - TELEFONE 3231-6160	11 - TELEX 482148
12 - DDD 48	13 - FAX 3231-6530	14 - FAX 3231-6039	15 - FAX -	
16 - E-MAIL arnaldovs@celesc.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	1	01/01/2007	31/03/2007	4	01/10/2006	31/12/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR MARTINELLI AUDITORES					10 - CÓDIGO CVM 00447-2		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Alfredo Hirata					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 036.687.878-67		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	15.527	15.527	310.543
2 - Preferenciais	23.044	23.044	460.889
3 - Total	38.571	38.571	771.432
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatual Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holdings de Instituições não Financeiras
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 15/05/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	1.716.380	1.576.253
1.01	Ativo Circulante	339.508	272.515
1.01.01	Disponibilidades	124.892	11.961
1.01.01.01	Numerário Disponível	10.829	7.842
1.01.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	114.063	4.119
1.01.02	Créditos	202.120	232.547
1.01.02.01	Clientes	104.775	136.389
1.01.02.01.01	Consumidores, Concession. e Permission.	336.702	364.067
1.01.02.01.02	Provisão para Créd. de Liquid. Duvidosa	(231.927)	(227.678)
1.01.02.02	Créditos Diversos	97.345	96.158
1.01.02.02.01	Tributos a Compensar	8.966	8.924
1.01.02.02.02	Dividendos a Receber	43.607	46.755
1.01.02.02.03	Com Controladas	44.772	40.479
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	12.496	28.007
1.02	Ativo Não Circulante	1.376.872	1.303.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	459.673	474.986
1.02.01.01	Créditos Diversos	228.016	273.935
1.02.01.01.01	Contas a Receber do Estado de SC	34.530	33.786
1.02.01.01.02	Investimentos Temporários	50.034	96.521
1.02.01.01.03	Tributos a Compensar	2.339	2.339
1.02.01.01.04	Imp. de Renda e Cont. Social Diferidos	141.113	141.289
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	231.606	197.875
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	231.606	197.875
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	51	3.176
1.02.02	Ativo Permanente	917.199	828.752
1.02.02.01	Investimentos	917.199	828.752
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	10.164	12.956
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	884.864	793.625
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	22.171	22.171
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	1.716.380	1.576.253
2.01	Passivo Circulante	113.117	105.058
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	6.821	19.182
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	51.868	30.068
2.01.05	Dividendos a Pagar	761	761
2.01.06	Provisões	120	287
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	53.547	54.760
2.01.08.01	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	189	75
2.01.08.02	Taxas Regulamentares	40.738	41.325
2.01.08.03	Programa Paes	3.790	4.992
2.01.08.04	Juros sobre Capital Próprio	315	315
2.01.08.05	Outras Contas a Pagar	8.515	8.053
2.02	Passivo Não Circulante	265.458	265.215
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	265.458	265.215
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	222.239	222.239
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.242	2.281
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	39.977	40.695
2.02.01.06.01	Tributos e Contrib. Sociais Diferidas	11.428	12.480
2.02.01.06.02	Programa Paes	25.888	25.554
2.02.01.06.03	Outras Contas a Pagar	2.661	2.661
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.337.805	1.205.980
2.04.01	Capital Social Realizado	696.200	696.200
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	509.780	509.780
2.04.04.01	Legal	36.034	36.034
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	473.746	473.746
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.825	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.097	4.097	1.171.703	1.171.703
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	1.806	1.806	1.123.100	1.123.100
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	0	0	2.483	2.483
3.01.03	Disponibilização da Rede Elétrica	0	0	31.212	31.212
3.01.04	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	848	848
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	2.291	2.291	0	0
3.01.06	Arredamentos e Aluguéis	0	0	6.956	6.956
3.01.07	Outras Receitas	0	0	7.104	7.104
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.298)	(1.298)	(466.734)	(466.734)
3.02.01	ICMS sobre Energia Elétrica	(339)	(339)	(240.372)	(240.372)
3.02.02	PIS	(171)	(171)	(19.626)	(19.626)
3.02.03	COFINS	(788)	(788)	(88.652)	(88.652)
3.02.04	ISS	0	0	(8)	(8)
3.02.05	Reserva Global de Reversão - RGR	0	0	(4.837)	(4.837)
3.02.06	Conta de Desenvolvimento Energético	0	0	(35.872)	(35.872)
3.02.07	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	0	0	(69.051)	(69.051)
3.02.08	Pesquisa & Desenvolvimento	0	0	(5.634)	(5.634)
3.02.09	Eficiência Energética	0	0	(2.114)	(2.114)
3.02.10	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	(568)	(568)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.799	2.799	704.969	704.969
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.196)	(5.196)	(512.177)	(512.177)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(4.054)	(4.054)	(368.519)	(368.519)
3.04.02	Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	(1.142)	(1.142)	(63.714)	(63.714)
3.04.03	Pessoal e Administradores	0	0	(41.040)	(41.040)
3.04.04	Material	0	0	(6.177)	(6.177)
3.04.05	Serviço de Terceiros	0	0	(10.509)	(10.509)
3.04.06	Depreciação	0	0	(21.688)	(21.688)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.04.07	Outras Despesas	0	0	(457)	(457)
3.04.08	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	0	0	(73)	(73)
3.05	Resultado Bruto	(2.397)	(2.397)	192.792	192.792
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	75.580	75.580	(114.019)	(114.019)
3.06.01	Com Vendas	(11.901)	(11.901)	(41.984)	(41.984)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.533)	(1.533)	(74.977)	(74.977)
3.06.03	Financeiras	1.032	1.032	18.835	18.835
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.909	2.909	43.030	43.030
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.877)	(1.877)	(24.195)	(24.195)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(465)	(465)	(15.893)	(15.893)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	88.447	88.447	0	0
3.07	Resultado Operacional	73.183	73.183	78.773	78.773
3.08	Resultado Não Operacional	79.465	79.465	3.884	3.884
3.08.01	Receitas	79.469	79.469	5.087	5.087
3.08.02	Despesas	(4)	(4)	(1.203)	(1.203)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	152.648	152.648	82.657	82.657
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(21.700)	(21.700)	(30.886)	(30.886)
3.10.01	Provisão p/ Imposto de Renda	(15.954)	(15.954)	(22.973)	(22.973)
3.10.02	Provisão p/ Contribuição Social	(5.746)	(5.746)	(7.913)	(7.913)
3.11	IR Diferido	877	877	3.353	3.353
3.11.01	Imposto de Renda Diferido	645	645	2.344	2.344
3.11.02	Contribuição Social Diferido	232	232	1.009	1.009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	131.825	131.825	55.124	55.124
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	38.571	38.571	771.432	771.432
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	3,41772	3,41772	0,07146	0,07146
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, *holding*, Sociedade Anônima de Capital Aberto, controladora, desde 2 de outubro de 2006, das subsidiárias integrais **Celesc Geração S.A.** e **Celesc Distribuição S.A.** e de participações minoritárias em atividades afins, tem como acionista controlador o Estado de Santa Catarina, que detém 50,18% das ações ordinárias.

A Celesc, por meio de suas subsidiárias integrais, tem por objeto executar a política de energia formulada pelo Estado de Santa Catarina; realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; realizar pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

2. Ambiente Regulatório

O processo de desverticalização das atividades de geração e distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 3 de outubro de 2006.

3. Elaboração e Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em milhares de reais, consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, Lei Federal nº 9.457, de 06 de maio de 1997 e pela Lei Federal nº 10.303, de 31 de outubro de 2001), emanadas com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as aplicáveis às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.1. Consolidação

Foram consolidadas as Informações Trimestrais da *holding* com as das controladas subsidiárias integrais Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A., eliminando-se efeitos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

4. Principais Práticas Contábeis

4.1. Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

a) Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica

A Celesc e suas controladas adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterado pela Resolução ANEEL nº 668, de 26 de dezembro de 2001, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 473, de 06 de março de 2006, pela Resolução Normativa ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006, pelos Despachos ANEEL nº 3.033 e nº 3.034, de 21 de dezembro de 2006 e pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006.

b) Custos Indiretos de Obras em Andamento

Parte dos gastos da administração central é apropriado às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e corresponde aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros aplicados em projetos de investimento.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na Conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. Referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Exclusão do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Em decorrência da mudança da sistemática de apuração do PIS e da COFINS, pelas Leis Federais nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a ANEEL excluiu tais tributos do cálculo das tarifas de energia elétrica. A partir do reajuste tarifário de 07 de agosto de 2005, pela Resolução Homologatória ANEEL nº 161, de 01 de agosto de 2005, a Celesc foi autorizada a cobrar separadamente o PIS e a COFINS dos consumidores. Desde então, o montante desses tributos está sendo destacado nas faturas de energia elétrica.

e) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Contempla os pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, registrados pelos valores originais das contribuições alocadas aos empreendimentos.

Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Controlada Celesc Distribuição S.A., conforme disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

4.2. Práticas Contábeis Gerais

a) Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 31 de março de 2007, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Refere-se aos serviços medidos e faturados aos consumidores pendentes de recebimento até 31 de março de 2007. Contempla as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Títulos a Receber

Registrados na Controlada Celesc Distribuição S.A., correspondem a créditos derivados da venda de energia, negociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da negociação, conforme determina a ANEEL, e de juros remuneratórios calculados até 31 de março de 2007.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída conforme determina a ANEEL pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

e) Estoque

Registrados na Controlada Celesc Distribuição S.A., refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e contabilizados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e avaliados pelo custo histórico.

f) Contas a Receber do Estado de Santa Catarina

Corresponde a dívidas do Estado de Santa Catarina assumidas junto a Celesc, acrescidas, quando aplicável, de juros e atualizações monetárias, calculadas mensalmente segundo as disposições estabelecidas nos contratos firmados, conforme demonstrado na nota 13.

g) Investimentos Temporários

Os investimentos temporários são representados por participações em outras sociedades e registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

h) Imobilizado

Registrado na Controlada Celesc Distribuição S.A., apresenta-se registrado ao custo de aquisição ou construção deduzida da cota de depreciação acumulada, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994.

Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativas aos financiamentos obtidos junto a terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como “Custo”, conforme demonstrado na nota 16.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão estão demonstradas como retificadoras do Imobilizado e referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações da ANEEL.

i) Fornecedores

Contempla as dívidas contraídas junto aos fornecedores de energia, materiais e serviços, conforme demonstrado na nota 18.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica– IRPJ e Contribuição Social – CSLL Diferidos

Referidos tributos são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real, exceto na Celesc Geração S.A., que tem sua tributação com base no lucro presumido.

O IRPJ e CSLL Diferidos, contabilizados no Ativo Não Circulante e no Passivo Não Circulante, decorrem das diferenças intertemporais consideradas no momento de sua apuração, saldos de prejuízos fiscais compensáveis (IRPJ) e base de cálculo negativa (CSLL). Tais valores foram calculados com base na alíquota efetiva correspondente a cada tributo, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 73, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, conforme demonstrado nas notas 10 e 27.

k) Demais Ativos e Passivos

Os Ativos e Passivos sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até 31 de março de 2007. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

l) Benefícios Pós-Emprego

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Demonstração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

5. Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto

As disponibilidades da Celesc e suas Controladas Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A. estão aplicadas em bancos Federais, Estadual e Privados, em Contas Correntes e em Aplicações Financeiras, assim como em Fundo Fixo/Caixa conforme segue:

CONTROLADORA		
Numerário Disponível	31.03.2007	31.12.2006
Bancos Federais	1.359	1.445
Banco Estadual	9.019	4.137
Bancos Privados	451	2.260
	10.829	7.842

CONSOLIDADO		
Numerário Disponível	31.03.2007	31.12.2006
Bancos Federais	52.013	29.341
Banco Estadual	75.373	76.657
Bancos Privados	5.392	13.944
Fundo Fixo/Caixa	36	-
	132.814	119.942

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONTROLADORA

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas	31.03.2007	31.12.2006
Banco do Brasil S.A.	CDB	Diversos	99,50% CDI	112.746	509
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	99,00 % CDI	-	278
Banco Bradesco S.A.	CDB/RDB	Diversos	98,70% CDI	1.301	3.317
BESC S.A.	Fundo Prime	Diversos	99,17% CDI	16	15
				114.063	4.119

CONSOLIDADO

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas	31.03.2007	31.12.2006
Banco do Brasil S.A.	CDB	Diversos	99,50% CDI	126.854	509
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	99,00 % CDI	-	1.325
Banco Bradesco S.A.	CDB/RDB	Diversos	98,70% CDI	1.301	3.317
BESC S.A.	Fundo Prime	Diversos	99,17% CDI	4.111	4.360
				132.266	9.511

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

CONTIROLADORA

Consumidor Concessionárias Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD(c)		Saldo	
					31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Residencial	28	85	18.983	19.096	(18.807)	(21.131)	289	359
Industrial	12	38	123.568	123.618	(90.996)	(79.103)	32.622	54.751
Com., Serviços e Outras Atividades	-	29	23.361	23.390	(22.675)	(21.084)	715	3.169
Rural	-	3	7.293	7.296	(3.530)	(3.435)	3.766	4.065
Poder Público	-	4	20.453	20.457	(11.135)	(17.559)	9.322	11.319
Iluminação Pública	-	-	14.464	14.464	(11.973)	(11.699)	2.491	2.947
Serviço Público	-	4	94.471	94.475	(71.713)	(72.570)	22.762	27.297
Subtotal - Consumidores	40	163	302.593	302.796	(230.829)	(226.581)	71.967	103.907
Energia Livre (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimentos (b)	21.590	-	2.445	24.035	(1.098)	(1.098)	22.937	28.791
Leilão de Energia	2.163	-	-	2.163	-	-	2.163	1.703
Outros Créditos	7.708	-	-	7.708	-	-	7.708	1.986
	31.501	163	305.038	336.702	(231.927)	(227.679)	104.775	136.387

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSOLIDADO

Consumidor Concessionárias Permissionárias	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Total	PCLD (c)		Saldo	
		até	há mais		31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
		90 dias	de 90 dias					
Residencial	112710	56.983	2.168	171.861	(21.220)	(21.131)	150.641	133.707
Industrial	238.983	32.808	7.265	279.056	(90.996)	(79.103)	188.060	205.537
Com., Serviços e Outras Atividades	67.981	21.135	2.165	91.281	(22.676)	(21.084)	68.605	66.195
Rural	32.708	5.513	886	39.107	(3.530)	(3.435)	35.577	32.196
Poder Público	31.950	9.769	4.778	46.497	(11.135)	(17.559)	35.362	25.901
Iluminação Pública	16.380	201	120	16.701	(11.973)	(11.699)	4.728	4.936
Serviço Público	101.183	9.627	6.233	117.043	(71.712)	(72.570)	45.331	39.078
Fornecimento Não Faturado	145.448	-	-	145.448	-	-	145.448	136.031
Subtotal - Consumidores	747.343	136.036	23.615	906.994	(233.242)	(226.581)	673.752	643.581
Energia Livre (a)	38.745	-	-	38.745	-	-	38.745	40.023
Suprimentos (b)	28.648	-	-	28.648	(1.098)	(1.098)	27.550	45.332
Leilão de Energia	4.981	-	-	4.981	-	-	4.981	3.529
Outros Créditos	17.481	-	-	17.481	-	-	17.481	8.951
	837.198	136.036	23.615	996.849	(234.340)	(227.679)	762.509	741.416

a) Energia Livre

O crédito constituído pela Celesc refere-se à energia elétrica disponibilizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE.

No ano de 2001 foi implementado o “Acordo Geral do Setor Elétrico” entre as concessionárias geradoras, distribuidoras e o Governo Federal. O acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do PERCEE.

A ANEEL pela Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89, de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para recuperação e repasse aos geradores e distribuidores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre.

O montante de energia livre foi homologado pelas Resoluções ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004 e nº 45, de 03 de março de 2004, que conferem a Celesc o direito ao reembolso de energia livre na proporção de 1,654% do total homologado, o que corresponde a R\$46,9 milhões (valor histórico), com prazo de realização em 72 meses, a partir de janeiro de 2003.

Os créditos para a Celesc, após a conclusão do processo de liquidação em julho de 2003, estão demonstrados a seguir:

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSOLIDADO		
Descrição	31.03.2007	31.12.2006
Saldo Inicial	40.023	39.791
Remuneração Financeira	1.339	20.178
Valor Recebido	(2.617)	(19.946)
Saldo Final	38.745	40.023

b) Suprimentos

O crédito mantido pela Celesc refere-se a transações de venda de energia para concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, localizadas no Estado de Santa Catarina.

c) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa- PCLD

A partir de uma análise criteriosa da perspectiva real de recebimento, combinada com as ações implementadas pela Celesc para a recuperação dos montantes em atraso e conforme determina a ANEEL, foi constituída provisão para os valores dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- faturas da classe residencial vencidas há mais de 90 dias;
- faturas da classe comercial vencidas há mais de 180 dias;
- faturas das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outros, vencidas há mais de 360 dias.

A movimentação da PCLD, no período foi a seguinte:

CONTROLADORA	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	227.678
Provisões Constituídas no Período	10.807
Reversão	(6.558)
Saldo em 31 de março de 2007	231.927
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	231.927
Títulos a Receber	-

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	276.583
Provisões Constituídas no Período	15.292
Reversão	(6.618)
Saldo em 31 de março de 2007	285.257
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	234.340
Títulos a Receber	50.917

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, oriundos de débitos em atraso, os quais foram objetos de negociação mediante contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data de consolidação dos débitos.

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Total	367.755	358.870
(-)PCLD	50.917	48.905
Montante Negociado (atualizado)	316.838	309.965
Ativo Circulante	143.173	142.919
Ativo Realizável a Longo Prazo	224.582	215.951

A Celesc continua gerenciando nas várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público nas suas diversas esferas, para a diminuição dos saldos em atraso. Os encargos a receber por atraso são calculados de acordo com as condições contratuais estabelecidas com os consumidores.

8. Tributos a Compensar (Impostos, Taxas e Contribuições)

A Celesc procedeu ao registro das retenções, recuperações e antecipações para futuras compensações com os tributos devidos, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	CONTROLADORA			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira	77	-	207	-
ICMS – Transferência de Crédito	5	-	-	-
ICMS a Recuperar CIAP	-	2.339	-	2.339
PIS – Crédito Fiscal	23	-	12	-
COFINS – Crédito Fiscal	108	-	56	-
IRPJ Estimado Exercício 2007	104	-	-	-
CSLL Estimado Exercício 2007	-	-	-	-
IRPJ a Compensar	6.488	-	6.488	-
CSLL a Compensar	2.161	-	2.161	-
	8.966	2.339	8.924	2.339

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira	136	-	213	-
ICMS – Transferência de Crédito	57.237	-	46.970	-
ICMS a Recuperar CIAP	10.338	33.461	9.484	30.795
PIS – Crédito Fiscal	212	-	138	-
COFINS – Crédito Fiscal	714	-	636	-
IRPJ Estimado Exercício 2007	12.441	-	-	-
CSLL Estimada Exercício 2007	4.790	-	-	-
IRPJ a Compensar	6.655	-	6.590	-
CSLL a Compensar	2.258	-	2.220	-
Outros	19	-	-	-
	94.800	33.461	66.251	30.795

9. Estoque

Registrado na Controlada Celesc Distribuição S.A. refere-se ao almoxarifado de materiais necessários a manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica e estão registrados ao custo médio de aquisição. Em 31 de março de 2007 apresentam os seguintes valores:

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Almoxarifado	19.413	17.326
Adiantamento para Fornecedores	5.022	7.138
Destinados a Alienação	958	819
Alugados/Emprestados	19	21
	25.412	25.304

10. Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social – CSLL Diferidos

O registro de ativo refere-se ao IRPJ e CSLL Diferidos na Celesc Controladora e na Celesc Distribuição S.A., calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis, controlados na “Parte B” do Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur. A realização desses valores ocorrerá pela efetivação das despesas provisionadas ou pela reversão das provisões. Os saldos diferidos foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Celesc e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos do IRPJ e CSLL Diferidos, considerando os períodos estimados para sua realização:

CONTROLADORA							
Períodos Estimados de Realização							
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	2014 a 2016	Total
Contingências Cíveis	23.400	28.309	37.059	33.731	49.165	48.451	220.115
Imposto de Renda	5.850	7.077	9.265	8.433	12.291	12.113	55.029
Contribuição Social	2.106	2.548	3.335	3.036	4.425	4.361	19.811
Provisão Desval. Partic. Societária	87.415	-	-	-	-	-	87.415
Imposto de Renda	21.854	-	-	-	-	-	21.854
Contribuição Social	7.867	-	-	-	-	-	7.867
Outras Provisões	12.182	17.910	22.056	26.088	29.271	-	107.507
Imposto de Renda	3.046	4.478	5.514	6.522	7.317	-	26.877
Contribuição Social	1.096	1.612	1.985	2.348	2.634	-	9.675
Base de Cálculo	122.997	46.219	59.115	59.819	78.436	48.451	415.037
Imposto de Renda	30.750	11.555	14.779	14.955	19.608	12.113	103.760
Contribuição Social	11.069	4.160	5.320	5.384	7.059	4.361	37.353
Total	41.819	15.715	20.099	20.339	26.667	16.474	141.113

CONSOLIDADO							
Períodos Estimados de Realização							
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	2014 a 2016	Total
Contingências Trabalhistas	8.700	11.945	14.963	18.080	42.870	34.550	131.107
Imposto de Renda	2.175	2.986	3.741	4.520	10.718	8.637	32.777
Contribuição Social	783	1.075	1.347	1.627	3.858	3.110	11.800
Contingências Cíveis	33.016	41.220	51.888	60.357	77.435	70.671	334.587
Imposto de Renda	8.254	10.305	12.972	15.089	19.359	17.668	83.647
Contribuição Social	2.971	3.710	4.670	5.432	6.969	6.361	30.113
Benefício Pós-Emprego	66.852	80.383	75.659	65.920	46.127	4.856	339.797
Imposto de Renda	16.713	20.096	18.915	16.480	11.531	1.214	84.949
Contribuição Social	6.017	7.234	6.809	5.933	4.151	438	30.582
Provisão Desval. Partic. Societária	87.415	-	-	-	-	-	87.415
Imposto de Renda	21.854	-	-	-	-	-	21.854
Contribuição Social	7.867	-	-	-	-	-	7.867
Outras Provisões	19.330	20.792	24.972	29.547	34.243	-	128.884
Imposto de Renda	4.832	5.198	6.243	7.387	8.560	-	32.220
Contribuição Social	1.740	1.871	2.247	2.659	3.083	-	11.600
Base de Cálculo	215.313	154.340	167.482	173.904	200.675	110.077	1.021.790
Imposto de Renda	53.828	38.585	41.871	43.476	50.168	27.519	255.447
Contribuição Social	19.378	13.890	15.073	15.651	18.061	9.909	91.962
Total	73.206	52.475	56.944	59.127	68.229	37.428	347.409

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Ativos e Passivos Regulatórios

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários. Os saldos e os respectivos períodos de apuração estão discriminados no quadro a seguir:

CONSOLIDADO		
Composição	Saldo	Saldo
	31.03.2007	31.12.2006
CVA 2003 – Período de 08.08.2002 a 07.08.2003	4.993	7.913
CVA 2005 – Período de 08.08.2004 a 07.08.2005	2.536	4.030
CVA 2006 – Período de 08.08.2005 a 07.08.2006	22.127	34.346
CVA 2007 – Período de 08.08.2006 a 31.03.2007	(14.393)	717
	15.263	47.006

No dia 07 de agosto de 2006 entrou em vigor o novo reajuste tarifário que teve sua aplicação prevista na Nota Técnica ANEEL nº 205, de 20 de julho de 2006. Com isso a Celesc iniciou a recuperação dos valores provisionados em CVA no período entre agosto de 2005 a agosto de 2006. Na mesma Nota Técnica, foi concedido a Celesc o direito de recuperar os saldos remanescentes da CVA revisados pela ANEEL, referentes ao período agosto de 2002 a agosto de 2003 e também do período agosto de 2004 a agosto de 2005.

Os valores que estão sendo compensados pela Celesc, conforme descrições anteriores montam em um adicional tarifário de 2,23%, que são acrescidos na tarifa de fornecimento de energia elétrica do período de agosto de 2006 a agosto de 2007.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da CVA de 31 de dezembro de 2006 a 31 de março de 2007.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	CONSOLIDADO					31.03.2007
	CVA					
	31.12.2006	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	23.344	-	-	620	(8.993)	14.971
Repasse de Potência de Itaipu	3.047	-	-	81	(1.205)	1.923
Repasse de Potência de Itaipu - Adicional	384	-	-	10	(152)	242
Conta de Desenv. Energético - CDE	16.614	-	-	451	(5.421)	11.644
Energia Comprada p/ Revenda	108.514	20.645	-	3.370	(21.097)	111.432
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	2.371	-	-	63	(924)	1.510
Uso da Rede Básica	1.082	-	-	29	(430)	681
Rede Básica Machadinho	59	-	-	1	(23)	37
Transporte de Energia de Itaipu	728	-	-	22	(95)	655
Comp. Financ. Utiliz. Rec. Hídricos	22	-	-	-	(9)	13
Programa de Incent. Fontes. Alt. - Proinfa	7.461	-	-	198	(2.852)	4.807
Total no Ativo	163.626	20.645	-	4.845	(41.201)	147.915
Parcelas Classif. no Circulante	107.241	-	-	2.847	(41.201)	68.887
Parcelas Classif. no Realiz. Longo Prazo	56.385	20.645	-	1.998	-	79.028
PASSIVO						
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	12.421	11.225	-	386	-	24.032
Repasse Potência de Itaipu	76.014	16.306	-	2.403	(16.082)	78.641
Energia Comprada p/ Revenda	9.418	9.576	-	393	(2.384)	17.003
Uso da Rede Básica	18.767	-	(1.428)	510	(4.873)	12.976
Total no Passivo	116.620	37.107	(1.428)	3.692	(23.339)	132.652
Parcelas Classif. no Circulante	60.952	-	-	1.619	(23.339)	39.232
Parcelas Classif. no Exig. Longo Prazo	55.668	37.107	(1.428)	2.073	-	93.420
Saldo da CVA	47.006	(16.462)	1.428	1.153	(17.862)	15.263

A atualização monetária dos valores registrados nessa conta vem sendo apurada com base na taxa de juros Selic.

b) PIS e COFINS

Pelas Leis Federais nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS e da COFINS. Em função dessas alterações, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica tiveram um acréscimo nas despesas com PIS e COFINS.

A ANEEL reconheceu o direito da Celesc ao ressarcimento das despesas adicionais com o PIS incorridas no período entre dezembro de 2002 a julho de 2005, e nas despesas com a COFINS de fevereiro de 2004 até julho de 2005.

De acordo com os procedimentos definidos pela ANEEL no Ofício Circular nº 190, de 1º de fevereiro de 2005, ratificado pelo Ofício Circular nº 302, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc apurou os créditos relativos aos custos adicionais incorridos nos respectivos períodos no montante de R\$56,3 milhões, os quais foram consignados contabilmente em rubricas específicas do Ativo.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2005, que esteve em vigência até 07 de agosto de 2006, a Celesc recuperou parte dos custos diferidos com PIS e COFINS, por meio de um adicional tarifário de 0,331%. Este procedimento está embasado na Nota Técnica ANEEL nº 225, de 25 de julho de 2005.

Em 03 de julho de 2006, a ANEEL, recalculou os impactos tributários relativos ao período integral, ou seja, dezembro de 2002 a maio de 2005, excluindo da base de créditos os custos com as obrigações setoriais (CCC, RGR e CDE). Com isso a Celesc passou a recuperar mais uma parcela dos custos diferidos com PIS e COFINS, aplicando um adicional tarifário de 0,335%.

Segue quadro demonstrativo da composição dos Ativos Regulatórios do PIS e da COFINS:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.12.2006	Atualização	Amortização	31.03.2007
PIS	8.816	96	(808)	8.104
COFINS	36.108	396	(1.872)	34.632
Total	44.924	492	(2.680)	42.736
Ativo Circulante	7.155	113	(2.680)	4.588
Ativo Realizável Longo Prazo	37.769	379	-	38.148

c) Outros Ativos Regulatórios

Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e 3º, as regras de comercialização prevêem formas específicas para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR na modalidade de quantidade de energia.

Considerando o mecanismo apresentado anteriormente, o artigo 38 do referido Decreto, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica de que trata os seus artigos 36 e 37 às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL, deverá considerar até 103% do montante total de energia contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Tendo em vista que a definição dos critérios para o repasse desse custo de subcontratação de energia foi objeto de Audiência Pública em 22 de fevereiro de 2006 e ainda em andamento, a ANEEL considerou no cálculo do reajuste tarifário de 07 de agosto de 2006, o valor de R\$54,6 milhões, que corresponde a um percentual adicional de compra de energia, calculado com base nos dados do ano civil de 2005 e na metodologia proposta na Nota Técnica ANEEL nº 46, de 14 de fevereiro de 2006.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor homologado está sendo recuperado pela Celesc por meio de um adicional tarifário de 1,6855%, aplicado a partir do reajuste tarifário de fornecimento de energia elétrica de 07 de agosto de 2006.

O montante a ser recuperado em tarifa até julho de 2007, foi contabilizado por cálculo a valor presente em agosto de 2006.

Descrição	CONSOLIDADO			
	Outros Ativos Regulatórios - Art. 38 do Decreto 5.163/04			
	31.12.2006	Atualização	Amortização	31.03.2007
Ativo Circulante	26.876	682	(13.488)	14.070

d) Outros Passivos Regulatórios – Ajuste Financeiro do IRT 2005

A Nota Técnica ANEEL nº 205, de 20 de julho de 2006, que introduz os procedimentos relativos ao reajuste tarifário anual sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Celesc em agosto de 2006, demonstram a alteração nos cálculos de alguns itens tarifários, os quais influenciaram num ajuste financeiro negativo do IRT 2005 no valor de R\$45,3 milhões

O valor estipulado está sendo devolvido mensalmente aos consumidores, por meio de uma redução de 1,3969% na tarifa de fornecimento e contabilizado pelos mesmos critérios adotados aos outros ativos regulatórios, atualizados mensalmente pela Selic, assim constituídos.

Descrição	CONSOLIDADO			
	Outros Passivos Regulatórios - Ajuste Financeiro IRT 2005			
	31.12.2006	Atualização	Amortização	31.03.2007
Passivo Circulante	22.274	566	(11.179)	11.661

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Outros Créditos

Correspondem aos demais saldos de direitos a receber, incluindo a rubrica Tarifa Social de Baixa Renda, como seguem:

Descrição	CONTROLADORA			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	-	-	18.408	-
Rendas a Receber (b)	4.707	-	4.707	-
Programa Reluz (c)	4.459	-	1.334	3.125
Cheque sem Fundo	977	-	1.109	-
Pessoal a Disposição	743	-	796	-
Serviços Prestados a Terceiros	463	-	466	-
Outros Créditos a Receber	1.147	51	1.187	51
	12.496	51	28.007	3.176

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	13.561	-	24.493	-
Rendas a Receber (b)	5.790	-	5.287	-
Programa Reluz (c)	12.424	-	8.231	3.125
Cheque sem Fundo	1.275	-	1.228	-
Pessoal a Disposição	910	-	902	-
Serviços Prestados a Terceiros	624	-	581	-
Adiantamentos a Empregados	2.323	-	868	-
Outros Créditos a Receber	1.386	51	1.232	51
	38.293	51	42.822	3.176

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica (Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

	CONSOLIDADO
Saldo 31 de dezembro de 2006	24.493
Faturamento	12.627
Recebimento	(23.559)
Saldo 31 de março de 2007	13.561

b) Rendas a Receber

São créditos referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes de aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz

Refere-se ao Programa Reluz, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

13. Contas a Receber do Estado de Santa Catarina

Descrição	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31.12.2006	Juros	31.03.2007
Realizável a Longo Prazo			
Empréstimos para o Tesouro Estadual (a)	29.524	744	30.268
Programa Rede Subterrânea (b)	4.262	-	4.262
	33.786	744	34.530

a) Empréstimo para o Tesouro Estadual

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual entre os anos de 1985 e 1986, atualizados até 31 de março de 2007 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano e capitalizados trimestralmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em abril de 1998.

b) Programa Rede Subterrânea

Refere-se ao Convênio nº 007, de junho de 1995, firmado entre a Celesc, o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis, referente à cooperação financeira para a implantação do Programa Rede Subterrânea, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública do centro da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos, inicialmente orçados no montante de R\$3,9 milhões para custeio do referido programa, considerava a seguinte participação: Estado de Santa Catarina (47,4%); Município de Florianópolis (47,4%) e a Celesc (5,2%).

Adicionalmente, foram firmados ainda mais dois termos aditivos ao citado Convênio ratificando os valores até então firmados, cujo montante final foi de R\$6,9 milhões, cabendo aos participantes a alocação dos recursos conforme os percentuais estabelecidos.

O programa foi quitado com o Município de Florianópolis mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública – TIP. Permanece registrada a parte do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

14. Investimentos Temporários

Descrição	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Machadinho Energética S.A. – Maesa (a)	3.251	49.738
Dona Francisca Energética S.A. – Dfesa (b)	15.338	15.338
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan (c)	110.716	110.716
(-) Provisão para Desvalorização	(81.271)	(81.271)
Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH	2.000	2.000
	50.034	96.521

a) Machadinho Energética S.A. – Maesa

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Celesc e as empresas integrantes do Consórcio Maesa, em conjunto com a Tractebel Energia S.A., em 15 de julho de 1997, firmaram o Contrato de Concessão nº 009 para construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho, com potência instalada de 1.140MW. A quota de participação no empreendimento pertencente à Celesc é de 14,63%.

Em 1º de dezembro de 2006, foi realizado leilão especial na Bovespa para alienação de 14,63% das ações ordinárias, correspondendo 49.738.419 ações, no qual se sagrou vencedora a Delta Energética S.A. (subsidiária da Tractebel Energia S.A.) com lance de R\$116,5 milhões.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 828, de 06 de março de 2007, autorizou a Celesc transferir para as empresas Alcoa Alumínio S.A. (ALCOA), Camargo Corrêa Cimentos S.A. (Camargo Cimentos), Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. (VALESUL) e Votorantim Cimentos Brasil Ltda. (VCB), as ações no Capital Social da Empresa de propósito específico Machadinho Energética S.A – Maesa, correspondente a 14,63%, bem como a sua quota-parte, correspondente a 12,16%, no Consórcio Machadinho e na concessão da UHE Machadinho.

A Celesc em 31 de janeiro de 2007, assinou Contrato de compra e venda com as Empresas citadas acima que exerceram o direito de preferência conforme acordo de acionista. A Celesc recebeu no mês de março de 2007 os valores correspondentes ao percentual de participação de cada empresa totalizando R\$111,5 milhões, faltando apenas à Empresa Camargo Cimentos que não efetuou o pagamento, conseqüentemente a Celesc continua com participação de 0,9569% no empreendimento.

b) Dona Francisca Energética S.A. – Dfesa

O saldo de R\$15,3 milhões refere-se ao investimento realizado no Consórcio Dona Francisca S.A. A Celesc obtém participação no referido Consórcio de 23,03%. A potência instalada da Usina é de 125MW e o direito de exploração é da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, responsável pela operação da Usina, recebendo dos demais consorciados o reembolso dos custos pagos na proporção de suas participações no consórcio.

A Celesc mediante a intenção de alienar o referido investimento transferiu o montante do Ativo Permanente para o Ativo Realizável a Longo Prazo.

c) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A participação societária junto à Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90,7 milhões. Durante o ano de 2000, a Celesc procedeu à capitalização complementar de recursos no montante de R\$10 milhões em numerário e mais R\$10 milhões com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110,7 milhões. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, todas ao valor de R\$1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do Capital Social da Casan.

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/nº 20, de 25 de abril de 2002, que determinou o refazimento e a republicação das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2001, a Celesc calculou e consignou em seus registros contábeis, provisão para desvalorização no referido investimento.

Tendo em vista a Casan não possuir ações negociadas em Bolsa de Valores, bem como as dificuldades para se obter o seu valor de mercado, e visando ainda, refletir com maior propriedade o valor de realização do referido investimento, a Celesc decidiu estabelecer através de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação de seus investimentos temporários, adotando o método do Fluxo de Caixa Descontado. Desta forma, a Celesc provisionou para Desvalorização do Investimento Casan no valor de R\$81,3 milhões com base nas informações econômico-financeiras da investida.

A Celesc no mês de junho de 2006 realizou a venda de 12.060 ações, sendo 6.010 ON e 6.050 PN. A participação da Celesc na Casan em 31 de março de 2007 corresponde a 55.358.800 ON, e 55.357.200 PN. Mantendo-se a mesma proporcionalidade da participação na sociedade.

15. Investimentos Permanentes

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os investimentos estão representados por participações em outras empresas e por participações societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Descrição	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.12.2006
Valor Patrimonial		
Celesc Geração S.A.	41.614	37.605
Celesc Distribuição S.A.	843.250	756.020
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	10.164	12.956
	895.028	806.581
Avaliação pelo Custo de Aquisição		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (a)	3.353	3.353
Outros Investimentos	3.571	3.571
(-) Prov. Desval. Invest. – Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	(3.353)	(3.353)
	3.571	3.571
Adiantamento para Investimento		
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás (d)	18.600	18.600
	18.600	18.600
Total	917.199	828.752

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Valor Patrimonial		
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE (a)	10.164	12.956
	10.164	12.956
Avaliação pelo Custo de Aquisição		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (b)	3.353	3.353
Outros Investimentos	3.571	3.571
(-) Prov. Desval. Invest. – Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	(3.353)	(3.353)
	3.571	3.571
Adiantamento para Investimento		
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás (c)	18.600	18.600
	18.600	18.600
Total	32.335	35.127

a) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A Celesc possui 20% de participação no empreendimento. Em função do processo de Desverticalização, a Celesc, em 31 de dezembro de 2006, efetuou a avaliação do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial alterando o valor de sua participação no empreendimento.

b) Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Celesc possui 40% de participação no empreendimento. Em outubro de 2006 foi constituída Provisão de Desvalorização do Investimento em virtude de comunicado do Ibama que se manifestou pelo indeferimento do licenciamento ambiental do empreendimento.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás

Em 18 de dezembro de 2006, o Estado de Santa Catarina ofertou à Celesc o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás pelo valor de R\$93 milhões onde o Estado de Santa Catarina é detentor de 1.827.415 ações ordinárias, equivalente a 51% das ações com direito a voto da referida Companhia.

Em decorrência dessa negociação, a Celesc como sinal e princípio de pagamento antecipou no dia 21 de dezembro de 2006 o valor de R\$18,6 milhões, conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações assinado em 20 de dezembro de 2006.

16. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na Geração e Distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado na conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação por Macroatividade e Principais Equipamentos					
Geração	(%)	Distribuição	(%)	Administração	(%)
Edificações	2,0	Banco de Capacitores	6,7	Edificações	4,0
Turbina Hidráulica	2,5	Chave de Distribuição	6,7	Equipamento Geral	10,0
Gerador	3,3	Condutor do Sistema	5,0	Veículos	20,0
		Estrutura do Sistema	5,0		
		Regulador de Tensão	4,8		
		Transformador de Distribuição	5,0		

Por atividade, o Imobilizado líquido da depreciação e das obrigações especiais está constituído da seguinte forma:

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Tx. Anuais Médias de Depreciação %	CONSOLIDADO			31.12.2006	
		Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	Valor	Valor
					Líquido	Líquido
Em Serviço						
Geração						
Terrenos		289	-	-	289	289
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	17.626	(8.883)	-	8.743	8.824
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	7.749	(5.862)	-	1.887	1.919
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	28.181	(12.170)	-	16.011	16.048
Veículos	20,0%	43	(43)	-	-	-
Móveis e Utensílios	10,0%	38	(35)	-	3	3
		53.926	(26.993)	-	26.933	27.083
Distribuição						
Intangíveis		3.585	-	-	3.585	3.585
Terrenos		9.349	-	-	9.349	9.349
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	46.836	(26.910)	-	19.926	20.206
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	2.163.551	(878.338)	-	1.285.213	1.267.040
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão		-	-	(238.030)	(238.030)	(238.030)
		2.223.321	(905.248)	(238.030)	1.080.043	1.062.150
Administração						
Intangíveis	20,0%	26.440	(9.909)	-	16.531	17.846
Terrenos		4.092	-	-	4.092	4.092
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	26.711	(7.471)	-	19.240	19.507
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	65.819	(37.048)	-	28.771	28.645
Veículos	20,0%	36.210	(28.483)	-	7.727	6.557
Móveis e Utensílios	10,0%	6.263	(4.710)	-	1.553	1.501
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão		-	-	(42)	(42)	(42)
		165.535	(87.621)	(42)	77.872	78.106
Total em Serviço		2.442.782	(1.019.862)	(238.072)	1.184.848	1.167.339
Em Curso						
Geração		566	-	-	566	700
Distribuição		382.527	-	-	382.527	326.477
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão		-	-	(101.059)	(101.059)	(91.903)
Administração		10.399	-	-	10.399	9.662
Total em Curso		393.492	-	(101.059)	292.433	244.936
Total		2.836.274	(1.019.862)	(339.131)	1.477.281	1.412.275

O Imobilizado em Curso refere-se, praticamente, às obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.1. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pela ANEEL para Concessões de Geração e Distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da Concessão.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Participação da União	36.540	29.628
Participação do Estado de Santa Catarina	58.500	58.500
Participação dos Consumidores	244.049	241.805
Outros	42	42
Total	339.131	329.975
Imobilizado em Serviço	238.072	238.072
Imobilizado em Curso	101.059	91.903

17. Empréstimos Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas apresentam a seguinte composição:

Descrição	Encargos da Dívida	CONSOLIDADO			
		Principal		Total	
		Circulante	Longo Prazo	31.03.2007	31.12.2006
Em Moeda Nacional					
Eletrobrás (a)	-	6.790	28.706	35.496	34.065
BNDDES (b)	-	27.844	-	27.844	42.566
Celos (c)	743	24.590	53.709	79.042	82.805
	743	59.224	82.415	142.382	159.436

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

Ano	Valor
2008	23.164
2009	29.572
2010	15.869
Após 2011	13.810
Total	82.415

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

b) BNDES

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc, decorrente da obrigatoriedade de pagamento da energia livre durante a vigência do PERCEE. O valor contratado de R\$42,3 milhões, amortizado em 60 meses a partir de março de 2003. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante.

Em julho de 2005, a Celesc recebeu recursos provenientes de contrato firmado com o BNDES, no valor de R\$85,7 milhões, oriundos do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, estabelecidos em conformidade com a Lei Federal nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Os recursos foram utilizados para quitar dívidas com a CCEE, no valor de R\$60,2 milhões, e com a Eletrobrás, no montante de R\$25,5 milhões. O referido contrato foi financiado em 60 meses com amortizações a partir de agosto de 2005.

c) Contratos Celos nºs 09 e 10

A Celesc celebrou os contratos de empréstimos com a Celos, a fim de consolidar as dívidas relativas ao atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias da patrocinadora, encargos vencidos de atrasos no repasse das contribuições assistenciais, débitos referentes ao atraso de aluguéis, à manutenção do edifício administrativo e aos encargos financeiros, bem como outros débitos da patrocinadora verificados até fevereiro de 2000.

O contrato foi parcelado em 120 quotas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2000, com incidência de 12% de juros ao ano e atualizado pela variação do Índice Geral de Preço ao Mercado – IGP-M.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de março de 2007:

Contratos	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Data Vencimento Contrato
BNDES	Reais	26/12/2002	Obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada (Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica)	1% a.a. + Selic	Fev/08
BNDES	Reais	26/04/2005	Crédito destinado ao adimplemento de obrigações junto a agentes do setor elétrico (CCEE e Eletrobrás)	1% a.a. + Selic	Jul/07
Celos 09	Reais	11/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre a contribuição previdenciária	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
Celos 10	Reais	12/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre as contribuições assistenciais	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
ECF 1973	Reais	03/02/2000	Luz no Campo	5% a.a.	Mar/07
ECF 2141	Reais	03/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Fev/10
ECF 2124	Reais	22/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Dez/08
ECF 2270	Reais	28/04/2003	Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente)	5% a.a.	Dez/09
EFS 007	Reais	27/07/2004	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/16
EFS 0096	Reais	09/09/2005	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/16
ECF 2538	Reais	26/06/2006	Melhoria da Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do município de Itajaí	5% a.a.	Out/12

A composição dos empréstimos e financiamentos, consolidadas, por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	31.03.2007		31.12.2006	
	R\$	%	R\$	%
UFIR/IGP-M	114.538	80,44	116.870	73,30
Selic	27.844	19,56	42.566	26,70
	142.382	100,00	159.436	100
Principal	141.639	99,48	158.563	99,45
Encargos	743	0,52	873	0,55

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda /Indexador	Taxa Acumulada no Ano (%)	
	31.03.2007	31.03.2006
UFIR/IGP-M	3,06	4,05
Selic	1,11	0,70
Dólar norte-americano	(3,76)	(7,19)

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação dos empréstimos e financiamentos, consolidados é apresentada no quadro a seguir:

Discrição	CONSOLIDADO			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2005	82.317	137.993	958	-
Ingressos	-	8.050	-	-
Encargos	(481)	253	-	-
Variação Monetária e Cambial	896	2.665	(167)	-
Transferências	59.225	(59.225)	-	-
Amortizações	(73.130)	-	(791)	-
Em 31 de dezembro de 2006	68.827	89.736	-	-
Ingressos	-	4.006	-	-
Encargos	(100)	-	-	-
Variação Monetária e Cambial	311	553	-	-
Transferências	11.880	(11.880)	-	-
Amortizações	(21.694)	-	-	-
Em 31 de março de 2007	59.224	82.415	-	-

18. Fornecedores

Descrição	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.12.2006
Fornecedores de Energia Elétrica		
Dona Francisca Energética	1.373	-
Machadinho Energética S.A. – Maesa	1.111	15.413
Outros	771	2.144
Subtotal	3.255	17.557
Encargos de Uso da Rede Elétrica	606	62
Fornecedores de Materiais e Serviços	2.960	1.563
Total	6.821	19.182

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Fornecedores de Energia Elétrica		
Tractebel S.A.	80.116	78.150
Eletrobrás S.A.	47.949	56.717
Copel Geração S.A.	49.826	51.533
Machadinho Energética S.A. – Maesa	1.111	15.413
Petrobrás S.A.	14.268	13.523
Câmara de Comercialização	5.311	-
Lages Bioenergética Ltda	3.327	3.379
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.392	4.161
Outros	9.542	13.402
Subtotal	213.842	236.278
Encargos de Uso da Rede Elétrica	29.955	24.050
Fornecedores de Materiais e Serviços	40.592	39.253
Total	284.389	299.581

19. Taxas Regulamentares

São taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidos em Lei e as obrigações a recolher, derivadas da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos.

Descrição	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.12.2006
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	40.249	40.671
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	489	489
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	19
Compensação Financeira Utilização Rec. Hídricos	-	146
	40.738	41.325

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Eficiência Energética	63.097	56.515
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	40.249	40.671
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	489	489
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	36.126	25.658
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	20.372	29.614
Proinfa	2.419	2.419
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.092	10.297
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	1.853	1.801
Taxa de Fiscalização ANEEL	561	585
Compensação Financeira Utilização Rec. Hídricos	-	179
	176.258	168.228

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Entidade de Previdência Privada

A Celesc Distribuição S.A. na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal à complementação de aposentadoria para os participantes, representados basicamente, pelos seus empregados. A composição das obrigações com a Celos está assim representada:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.03.2007			31.12.2006
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Reserva Matemática a Amortizar (a)	27.938	412.649	440.587	439.270
Aquisição Prédio Administração Central (b)	3.744	16.512	20.256	19.742
Valores Correntes a Repassar (c)	2.700	-	2.700	7.287
	34.382	429.161	463.543	466.299

a) Reserva Matemática a Amortizar

A Celesc adotou, em 1^o de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. As regras de transferência entre planos foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Celesc, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1^o de janeiro de 1999. A principal alteração em relação ao plano anterior foi à mudança de “benefício definido” para “contribuição definida” relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1^o de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000 e vigência retroativa a 1^o de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência desse processo a Celesc firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP -M.

b) Aquisição do Prédio da Administração Central

Em outubro de 2004, a Celesc adquiriu, pelo valor total de R\$24,3 milhões o imóvel onde está localizada sua sede administrativa. Esse imóvel está constituído de terreno com área total de 70.283 m², e blocos de alvenaria com quatro pavimentos, mais ático, com área de 21.069 m².

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Valores Correntes a Repassar

Referem-se à provisão das contribuições mensais de planos de previdência privada, assistência médica e odontológica, empréstimos e outros benefícios, descontados em folha de pagamento dos empregados, bem como a parte que cabe a Celesc, ainda não repassado a Celos.

21. Benefícios Pós-Emprego

Com relação ao Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, e para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC nº 26, do Instituto Brasileiro de Contadores – Ibracon, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a Celesc demonstra a seguir a posição dos passivos relacionados com o plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 31 de março de 2007:

Descrição	CONSOLIDADO		
	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	248.505	109.759	358.264
Amortizações	(16.028)	(2.438)	(18.466)
Saldo em 31 de março de 2007	232.477	107.321	339.798
Passivo Circulante	54.389	8.503	62.892
Passivo Exigível a Longo Prazo	178.088	98.818	276.906

A Celesc, pela Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, aprovou o PDVI, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa implementado a partir de 2003, teve a adesão de 1.089 empregados e até o final de 2006 a Celesc quitou o Benefícios Pós-Emprego de 128 empregados. O saldo do PDVI em 31 de março de 2007 já contemplados no valor presente das obrigações é de R\$232,5 milhões (R\$248,5 milhões em 31 de dezembro de 2006).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. Impostos Taxas e Contribuições

Os Tributos e Contribuições Sociais devidos por força da legislação vigente estão demonstrados a seguir:

CONTROLADORA		
Descrição	31.03.2007	31.12.2006
ICMS	679	341
IRPJ	22.343	6.388
CSLL	7.436	1.691
COFINS	14.994	14.993
PIS	5.938	5.938
INSS retido na Fonte	231	189
ISS	40	182
IRRF Serviço de Terceiros	17	17
IRRF Arrendamento e Aluguéis	8	-
Outros	182	329
	51.868	30.068

CONSOLIDADO		
Descrição	31.03.2007	31.12.2006
ICMS	85.138	77.090
IRPJ	55.481	6.588
CSLL	19.782	1.801
COFINS	33.656	29.685
PIS	9.990	9.127
ICMS nas Transferências de Crédito	3.023	-
INSS retido na Fonte	853	882
ISS	797	936
IRRF Serviço de Terceiros	322	170
IRRF Arrendamento e Aluguéis	25	22
Outros	1.595	1.999
	210.662	128.300

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. Programa Parcelamento Especial – Paes

A adesão da Celesc Controladora ao referido Programa, em 29 de agosto de 2003, teve fatores determinantes às condições vantajosas do programa, tais como o alongamento do prazo de pagamento e a mudança do indexador (Selic para Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP). O débito consolidado do Paes está sendo pago desde agosto de 2003, em 120 parcelas mensais. As regras do programa estabelecem como condição de permanência a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e das contribuições federais.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	30.546
(+) Atualização dos saldos – TJLP	391
(-) Amortizações no período	(1.259)
Saldo em 31 de março de 2007	29.678
Parcelas no Passivo Circulante	3.790
Parcelas no Passivo Exigível a Longo Prazo	25.888

24. Provisões (Obrigações Estimadas)

As provisões acrescidas dos encargos sociais, referentes a férias, gratificações e abonos, devidos aos empregados, estão assim evidenciadas:

Provisão para:	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.12.2006
Férias	41	95
Abono Constitucional de Férias	21	32
Gratificação de Férias	21	47
Participação nos Lucros ou Resultados	-	113
13º Salário	37	-
	120	287

Provisão para:	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.12.2006
Licença Prêmio	22.103	34.218
Férias	13.113	13.668
Abono Constitucional de Férias	9.288	6.949
Gratificação de Férias	5.154	4.467
Participação nos Lucros ou Resultados	5.236	2.770
13º Salário	4.804	-
	59.698	62.072

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Outras Contas a Pagar

Descrição	CONTROLADORA			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Controladas	8.397	-	7.864	-
Outras	118	2.661	189	2.661
	8.515	2.661	8.053	2.661

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.03.2007		31.12.2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cosip (a)	11.140	-	18.676	-
Repasso de Convênios (b)	6.738	-	6.504	-
Faturas Rejeitadas (c)	6.808	-	9.242	-
Juros Empréstimo Compulsório (d)	2.020	-	2.256	-
Outras	789	2.661	1.113	2.661
	27.495	2.661	37.791	2.661

a) Cosip

São valores devidos às prefeituras municipais referentes à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – Cosip, cobradas dos consumidores nas faturas de energia elétrica.

b) Repasse de Convênios

São valores devidos a Celos, por ocasião de convênios dos empregados e que foram descontados em folha de pagamentos.

c) Faturas Rejeitadas

São as obrigações perante consumidores relativos a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Juros Empréstimo Compulsório

São os adiantamentos efetuados pela Eletrobrás para que a concessionária efetue a liquidação dos juros relativos ao Empréstimo Compulsório. O débito nessa subconta será efetuado com base no valor incluído na conta de energia elétrica, contabilizado, contudo, somente quando esta conta for paga pelo consumidor.

26. Provisão para Contingências

A Celesc está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião da Diretoria Jurídica, existe possibilidade de desfecho negativo para a Celesc e suas subsidiárias integrais, em diversos desses processos, considerados como perdas possíveis e prováveis para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos está garantido por depósitos judiciais. De acordo com as análises efetuadas, a Celesc está provisionando os valores decorrentes das ações consideradas como perda provável. A posição das Provisões para Contingências está resumida a seguir:

CONTROLADORA				
Contingências	31.03.2007			31.12.2006
	Provisão	Depósitos Judiciais	Valor Líquido	Valor Líquido
Cíveis (b)	220.115	-	220.115	220.115
Regulatórias (c)	23.295	22.411	884	884
Tributárias (d)	1.240	-	1.240	1.240
	244.650	22.411	222.239	222.239

CONSOLIDADO				
Contingências	31.03.2007			31.12.2006
	Provisão	Depósitos Judiciais	Valor Líquido	Valor Líquido
Trabalhistas (a)	131.107	43.974	87.133	87.012
Cíveis (b)	334.587	21.575	313.012	314.463
Regulatórias (c)	23.295	22.411	884	884
Tributárias (d)	1.240	-	1.240	1.240
	490.229	87.960	402.269	403.599

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc e de empresas prestadoras de serviço relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Quando da conclusão do processo de desverticalização, os saldos provenientes de ações trabalhistas movidas contra a Celesc Controladora foram vertidos para a Celesc Distribuição S.A.

b) Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subseqüentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede elétrica, desapropriação e outras.

c) Regulatórias

A Celesc foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas, sendo que a provisão de R\$23,3 milhões representa a estimativa de perdas nestas demandas.

d) Tributárias

Auto de Infração emitido pela Prefeitura Municipal de Criciúma e Prefeitura Municipal de Rio Negrinho no valor de R\$239 mil, devido ao não recolhimento do Imposto Sobre Serviço – ISS e o Auto de Infração emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$1 milhão, referente ao Imposto de Transmissão e Causas Mortis e Doação – ITCMD.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social – CSLL Diferidos

Referem-se ao registro do IRPJ e CSLL da Celesc Controladora e da Celesc Distribuição S.A., com diferimentos calculados sobre Ativos Regulatórios, Energia Livre e Receita não Recebida de Órgãos Públicos. Os efeitos financeiros desses passivos fiscais ocorrerão quando da efetiva realização desses valores.

O quadro a seguir demonstra a movimentação no período:

CONTROLADORA			
Descrição	31.12.2006	Baixas	31.03.2007
IRPJ e CSLL s/ Órgãos Públicos	12.480	(1.052)	11.428
	12.480	(1.052)	11.428

CONSOLIDADO					
Descrição	31.12.2006	Adições	Reversão	Baixas	31.03.2007
IRPJ e CSLL s/ Órgãos Públicos	15.457	3.567	-	(2.079)	16.945
IRPJ e CSLL s/ Ativos Regulatórios	32.144	4.200	(4.719)	(11.617)	20.008
IRPJ e CSLL s/ Energia Livre	13.601	568	-	(784)	13.385
	61.202	8.335	(4.719)	(14.480)	50.338

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Patrimônio Líquido

Composição Acionária

O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696,2 milhões, mantendo-se o mesmo valor de 31 de dezembro de 2006. As Ações Preferenciais Classe “A” têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidos pelas Ações Preferenciais Classe “B”.

A composição acionária, em número de ações, está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de março de 2007							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,34	-	-	7.791.201	20,20
SC Participação e Invest. S.A. – Invesc	4.551.897	29,32	-	-	625.438	2,72	5.177.335	13,42
Caixa de Previd. Banco do Brasil – Previ	1.954.539	12,59	-	-	630.060	2,74	2.584.599	6,70
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	823.342	5,30	3.246	5,81	258.450	1,12	1.085.038	2,81
Cia. Desenvolv. Estado SC – Codesc	97.976	0,63	-	-	-	-	97.976	0,25
L Parisotto Participações Ltda	80.300	0,52	-	-	1.500.422	6,53	1.580.722	4,10
Eletrobrás	4.233	0,03	-	-	4.142.774	18,02	4.147.007	10,75
Wisteria Holdings LLC	0	-	-	-	1.403.100	6,10	1.403.100	3,64
The Bank Of New York ADR Departm	0	-	-	-	674.565	2,93	674.565	1,75
Claritas Long Short Fim Longo PR	0	-	-	-	623.008	2,71	623.008	1,62
Fundo de Participação Social	0	-	-	-	440.335	1,92	440.335	1,14
Outros	223.840	1,44	52.388	93,84	12.690.477	55,20	12.966.705	33,62
Total	15.527.137	100,00	55.825	100,00	22.988.629	100,00	38.571.591	100,00

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

CONTROLADORA						
Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Residencial	-	1.579.052	-	931.547	(14)	385.959
Industrial	-	57.917	96	1.269.118	1.826	360.890
Comercial	-	161.401	-	608.662	19	228.629
Rural	-	215.491	-	410.112	(4)	79.687
Poder Público	-	16.259	-	83.641	(14)	28.581
Iluminação Pública	-	320	-	108.271	-	23.570
Serviço Público	-	1.706	-	60.524	(7)	15.784
Total do Fornecimento	-	2.032.146	96	3.471.875	1.806	1.123.100
Suprimento de Energia	-	4	-	53.432	-	2.483

CONSOLIDADO						
Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Residencial	1.630.818	1.579.052	997.112	931.547	421.658	385.959
Industrial	61.303	57.917	1.138.601	1.269.118	369.890	360.890
Comercial	166.036	161.401	648.080	608.662	252.657	228.629
Rural	220.742	215.491	428.476	410.112	88.686	79.687
Poder Público	16.861	16.259	87.286	83.641	30.455	28.581
Iluminação Pública	334	320	106.148	108.271	23.162	23.570
Serviço Público	1.792	1.706	65.072	60.524	18.190	15.784
Ajuste Tarifário IRT 2005	-	-	-	-	11.179	-
Total do Fornecimento	2.097.886	2.032.146	3.470.775	3.471.875	1.215.877	1.123.100
Suprimento de Energia	5	4	52.647	53.432	4.427	2.483

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. Outras Receitas Operacionais

Essa conta está formada pela seguinte composição:

CONTROLADORA		
Descrição	31.03.2007	31.03.2006
Renda de Prestação de Serviços (a)	-	4.937
Serviço Taxado (b)	-	1.620
Outras Receitas	-	547
	-	7.104

CONSOLIDADO		
Descrição	31.03.2007	31.03.2006
Renda de Prestação de Serviços (a)	3.762	4.937
Serviço Taxado (b)	2.054	1.620
Outras Receitas	-	547
	5.816	7.104

a) Renda de Prestação de Serviços

Receita derivada de serviços prestados por solicitação de terceiros, excetuando-se os serviços taxados, com base no custo apurado por meio de Ordens de Serviços.

b) Serviço Taxado

É a receita dos serviços prestados ao consumidor, tais como: vistoria, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidor, emissão de segunda via de conta, verificação do nível de tensão e outros que venham a ser estabelecidos pela ANEEL.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. Custo do Serviço e Despesas Operacionais

Os Custos e as Despesas Operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

CONTROLADORA – 31.03.2007							
Descrição	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal (a)	-	-	-	-	(72)	-	(72)
Administradores (a)	-	-	-	-	787	-	787
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	728	-	728
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	4.054	-	-	-	-	-	4.054
Encargo de Uso da Rede Elétrica	1.142	-	-	-	-	-	1.142
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	33	33
Comp. Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	-	323	323
Provisões	-	-	-	10.807	-	-	10.807
Reversão de Provisões	-	-	-	(6.559)	-	-	(6.559)
Outras Despesas Operacionais (c)	-	-	-	7.653	90	109	7.852
	5.196	-	-	11.901	1.533	465	19.095

CONSOLIDADO – 31.03.2007							
Descrição	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal (a)	-	43.334	48	8.710	17.862	2.930	72.884
Administradores (a)	-	-	-	-	805	-	805
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	3.957	-	3.957
Material	-	5.955	-	386	3.645	-	9.986
Serviços de Terceiros	-	10.687	3	12.677	23.006	-	46.373
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	408.870	-	-	-	-	-	408.870
Encargo de Uso da Rede Elétrica	57.211	-	-	-	-	-	57.211
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	1.732	1.732
Comp. Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	-	481	481
Depreciação	-	22.600	-	-	2.563	-	25.163
Amortização	-	-	-	-	1.314	-	1.314
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfra	10.110	-	-	-	-	-	10.110
Utilização Faixas Domínio – Deinfra	-	-	-	-	36.197	-	36.197
Provisões	-	-	-	15.292	-	12	15.304
Reversão de Provisões	-	-	-	(6.619)	-	(1.223)	(7.842)
Outras Despesas Operacionais (c)	-	776	-	9.865	(793)	608	10.456
	476.191	83.352	51	40.311	88.556	4.540	693.001

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONTROLADORA/CONSOLIDADO - 31.03.2006							
Descrição	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal (a)	-	41.040	67	9.077	18.141	1.639	69.964
Administradores (a)	-	-	-	-	222	-	222
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	3.916	-	3.916
Material	-	6.177	-	249	4.056	-	10.482
Serviços de Terceiros	-	10.509	6	13.253	12.937	-	36.705
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	368.519	-	-	-	-	-	368.519
Encargo de Uso da Rede Elétrica	63.714	-	-	-	-	-	63.714
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	2.160	2.160
Comp. Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	-	647	647
Depreciação	-	21.688	-	-	2.315	-	24.003
Amortização	-	-	-	-	1.040	-	1.040
Progr. Incent. Fontes Altern. - Proinfra	-	-	-	-	-	4.346	4.346
Utilização Faixas Domínio - Deinfra	-	-	-	-	31.349	-	31.349
Provisões	-	-	-	18.722	-	6.233	24.955
Reversão de Provisões	-	-	-	-	-	(1.110)	(1.110)
Outras Despesas Operacionais(c)	-	457	-	683	1.001	1.978	4.119
	432.233	79.871	73	41.984	74.977	15.893	645.031

a) Pessoal e Administradores

Descrição	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.03.2006
Remunerações	431	40.013
Encargos Sociais	13	18.922
Participação nos Lucros ou Resultados	48	2.036
Benefícios Assistenciais	1	4.820
Indenizações Trabalhistas	-	1.728
Outros	222	2.667
	715	70.186

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.03.2006
Remunerações	35.657	40.013
Encargos Sociais	15.513	18.922
Participação nos Lucros ou Resultados	2.496	2.036
Benefícios Assistenciais	9.281	4.820
Indenizações Trabalhistas	2.972	1.728
Outros	7.770	2.667
	73.689	70.186

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	CONTROLADORA			
	31.03.2007		31.03.2006	
	R\$mil	GWh	R\$mil	GWh
Tractebel	-	-	166.277	1.523
Eletrobrás	-	-	64.241	786
Copel Geração	-	-	114.466	1.045
Petrobrás	-	-	31.057	291
Maesa	4.467	96	5.496	121
Lages Bioenergética	-	-	7.323	48
Chesf	-	-	1.541	22
Cenaeel	-	-	316	2
Heidrich Rauem	-	-	205	2
Santa Maria	-	-	122	2
Usina Roncador	-	-	78	1
Parque Eólico SC	-	-	24	-
CCEAR	-	-	20.135	307
Conta Comp. Var. Custos "Parcela A" - CVA	-	-	(2.730)	-
Créditos PIS e COFINS	(413)	-	(44.057)	-
Outros	-	-	4.025	-
	4.054	96	368.519	4.150

Descrição	CONSOLIDADO			
	31.03.2007		31.03.2006	
	R\$mil	GWh	R\$mil	GWh
Tractebel	176.433	1.587	166.277	1.523
Eletrobrás	72.398	783	64.241	786
Copel Geração	109.735	985	114.466	1.045
Petrobrás	31.423	291	31.057	291
Maesa	4.467	96	5.496	121
Lages Bioenergética	7.424	48	7.323	48
Chesf	-	-	1.541	22
Cenaeel	339	2	316	2
Heidrich Rauem	-	-	205	2
Santa Maria	444	7	122	2
Usina Roncador	164	2	78	1
Parque Eólico SC	25	-	24	-
CCEAR	21.003	306	20.135	307
Conta Comp. Var. Custos "Parcela A" - CVA	9.190	-	(2.730)	-
Créditos PIS e COFINS	(41.676)	-	(44.057)	-
Ativos Regulatórios art. 38 Dec. 5163/04	13.488	-	-	-
Outros	4.013	-	4.025	-
	408.870	4.107	368.519	4.150

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Outras Despesas Operacionais

Descrição	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.03.2006
Arrendamento e Aluguéis	-	1.379
Seguros	-	317
Tributos	89	1.488
Recuperação de Despesas	-	(6.615)
Perdas Recebimento Créditos	7.654	280
Benefícios a Aposentados	-	2.320
Indenizações Cíveis	3	1.550
Consumo Próprio de Energia Elétrica	-	1.148
Propaganda e Publicidade	1	1.120
Outros	105	1.132
	7.852	4.119

Descrição	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.03.2006
Arrendamento e Aluguéis	1.645	1.379
Seguros	1.019	317
Tributos	1.898	1.488
Doações, Contribuições e Subvenções	150	-
Recuperação de Despesas	(7.032)	(6.615)
Perdas Recebimento Créditos	7.665	280
Benefícios a Aposentados	66	2.320
Indenizações Cíveis	588	1.550
Consumo Próprio de Energia Elétrica	1.846	1.148
Propaganda e Publicidade	1.773	1.120
Outros	838	1.132
	10.456	4.119

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. Receitas e Despesas Financeiras

	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.03.2006
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicações Financeiras	116	1.572
Juros Sobre Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	744	674
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	548	9.189
Variações Monetárias	5	19.265
Ganho com Participação Societária	1.444	-
Atualização "Parcela A" – CVA	-	3.849
Ganho de Equivalência Patrimonial	91.239	-
Juros sobre Contas a Receber de Consumidores	52	3.471
Outras Receitas Financeiras	-	5.010
	94.148	43.030
Despesas Financeiras		
Encargos de Dívidas	699	14.175
Variação Monetária Empréstimos e Financiamentos	-	882
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	-	(2.418)
Variações Monetárias	-	4.207
Atualização Paes	391	642
CPMF	567	4.492
Perda de Equivalência Patrimonial	2.792	-
Outras Despesas Financeiras	220	2.215
	4.669	24.195
Resultado Financeiro	89.479	18.835

	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.03.2006
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicações Financeiras	362	1.572
Juros Sobre Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	744	674
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	9.187	9.189
Variações Monetárias	31.569	19.265
Ganho com Participação Societária	1.444	-
Atualização Monetária Sobre o Ativo Regulatório	2.474	3.849
Juros sobre Contas a Receber de Consumidores	5.042	3.471
Outras Receitas Financeiras	4.350	5.010
	55.172	43.030
Despesas Financeiras		
Encargos de Dívidas	11.453	14.175
Variação Monetária Empréstimos e Financiamentos	865	882
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	8	(2.418)
Variações Monetárias	23.617	4.207
Atualização Paes	391	642
Atualização Monetária Sobre o Ativo Regulatório	712	-
CPMF	4.877	4.492
Perda de Equivalência Patrimonial	2.792	-
Outras Despesas Financeiras	2.152	2.215
	46.867	24.195
Resultado Financeiro	8.305	18.835

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. Instrumentos Financeiros

A Instrução CVM nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros em nota explicativa. A Celesc e suas controladas não realizaram, até 31 de março de 2007, operações com características de instrumentos financeiros na forma definida pela referida Instrução.

Todos os demais Ativos e Passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e estão evidenciadas a seguir:

CONTROLADORA					
Partes Relacionadas	Natureza de Operação	Curto Prazo		Longo Prazo	
		31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Ativo					
Estado de Santa Catarina	Empréstimo	-	-	30.268	29.524
	Rede Subterrânea	-	-	4.262	4.262
Casan	Participação Societária	-	-	29.445	29.445
PCH - Fundo de Investimento	Participação Societária	-	-	2.000	2.000
Machadinho Energética S.A. - Maesa	Participação Societária	-	-	3.251	49.738
Dona Francisca Energética S.A. - Dfesa	Participação Societária	-	-	15.338	15.338
geração	Dividendos	1.607	1.607	-	-
Distribuição	Dividendos	42.000	42.000	-	-
	Outros Créditos	44.752	40.479	231.606	197.875
Total		88.359	84.086	316.170	328.182
Passivo					
Celos	Reserva Matemática	-	24.222	-	409.035
	Aquisição de Imóvel	-	3.425	-	16.144
	Repasse de Convênios	-	7.287	-	-
geração	Outros Créditos	-	-	3.342	2.281
Distribuição	Outros Créditos	8.397	7.864	-	-
Total		8.397	42.798	3.342	427.460

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSOLIDADO					
Partes Relacionadas	Natureza de Operação	Curto Prazo		Longo Prazo	
		31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Ativo					
Estado de Santa Catarina	Empréstimo	-	-	30.268	29.524
	Rede Subterrânea	-	-	4.262	4.262
Casan	Participação Societária	-	-	29.445	29.445
PCH - Fundo de Investimento	Participação Societária	-	-	2.000	2.000
Machadinho Energética S.A. - Maesa	Participação Societária	-	-	3.251	49.738
Dona Francisca Energética S.A. - Dfesa	Participação Societária	-	-	15.338	15.338
Total		-	-	84.564	130.307
Passivo					
Celos	Reserva Matemática	27.938	24.222	412.649	415.048
	Aquisição de Imóvel	3.744	3.425	16.512	16.317
	Repasse de Convênios	2.700	7.287	-	-
Total		34.382	34.934	429.161	431.365

35. IRPJ e CSLL – Taxa Efetiva

Em atendimento a Norma e Procedimento Contábil Ibracon nº 25, de maio de 1998, e a Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, a Celesc está divulgando a conciliação das provisões para IRPJ e CSLL, calculadas pelas respectivas alíquotas nominais, com os valores constantes da Demonstração do Resultado. O demonstrativo a seguir contempla as informações da Controladora, da Celesc Geração S.A., da Celesc Distribuição S.A. e do Consolidado, cada qual com sua forma de tributação e base de cálculo.

Descrição	Controladora			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	152.648	82.656	152.648	82.656
Adições/Exc. Permanentes:				
Incentivos Fiscais - Lei Rouanet / FIA	-	-	-	-
Realização IPC/BTNF	-	-	-	2.724
Multas	-	99	-	99
Dividendos Recebidos	-	-	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(91.239)		(91.239)	
Outros	74	77	74	77
Base Tributável	61.483	82.832	61.483	85.556
Alíquota %	25	25	9	9
Total do Exercício	15.371	20.708	5.534	7.700
Outros	(62)	(79)	(20)	(796)
Total no Resultado	15.309	20.629	5.514	6.904

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Celesc Geração S.A.			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Base do Lucro Presumido (8% IRPJ e 12% CSLL)	759	-	1.059	-
Alíquota %	25	-	9	-
Tributo	190	-	95	-
Outros				
Redução do Adicional de IRPJ no Trimestre	(60)	-	-	-
Alíquota %	10	-	-	-
Tributo	(6)	-	-	-
Tributo Devido	184	-	95	-
Total no Resultado	184	-	95	-

Descrição	Celesc Distribuição S.A.			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	128.241	-	128.241	-
Alíquota %	25	-	9	-
Tributo	32.060	-	11.542	-
Adições/Exc. Permanentes:				
Incentivos Fiscais - Lei Rouanet / FIA	150	-	150	-
Realização IPC/BTNF	-	-	744	-
Multas	61	-	61	-
Dividendos Recebidos	-	-	-	-
Outros	(99)	-	(99)	-
Total	112	-	856	-
Alíquota %	25	-	9	-
Tributo	28	-	77	-
Adições/Exc. Temporárias:				
Provisões (Cíveis, Trabalhistas, P&D e PCLD)	1.946	-	1.946	-
PDVI	(18.467)	-	(18.467)	-
Ativos e Passivos Regulatórios/CVA	35.695	-	35.695	-
Outros (RTE e Órgãos Públicos)	(6.837)	-	(6.837)	-
Total	12.337	-	12.337	-
Alíquota %	25	-	9	-
Tributo Diferido	3.084	-	1.110	-
Lucro Real	140.690	-	141.434	-
Prejuízo Fiscal Exercício 2006	(7.925)	-	(5.314)	-
Lucro Real após Compensações	132.765	-	136.120	-
Alíquota %	25	-	9	-
Tributos s/ Lucro Real	33.191	-	12.251	-
Outras Deduções	(237)	-	1	-
Total no Resultado	29.870	-	11.141	-

Descrição	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Tributos no Resultado	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Controladora	15.309	20.629	5.514	6.904
Celesc Distribuição S.A.	29.870	-	11.141	-
Celesc Geração S.A.	184	-	95	-
Total Consolidado	45.363	20.629	16.750	6.904

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. Resultado Não Operacional

	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.03.2006
Receitas Não Operacionais		
Ganhos na Alienação Bens/Direitos	79.471	77
Ganhos (Almoxarifado)	-	3.568
Outras Receitas	(2)	1.442
	79.469	5.087
Despesas Não Operacionais		
Perdas na Desativação Bens/Direitos	-	2
Perdas na Alienação Bens/Direitos	-	3
Outras Despesas	4	1.198
	4	1.203
Resultado Não Operacional	79.465	3.884

	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.03.2006
Receitas Não Operacionais		
Ganhos na Alienação Bens/Direitos	79.471	77
Ganhos (Almoxarifado)	5.046	3.568
Outras Receitas	1.648	1.442
	86.165	5.087
Despesas Não Operacionais		
Perdas na Desativação Bens/Direitos	3	2
Perdas na Alienação Bens/Direitos	1	3
Outras Despesas	295	1.198
	299	1.203
Resultado Não Operacional	85.866	3.884

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. Seguros

Os Seguros contratados estão de acordo com a política da Celesc com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Riscos	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade	Prêmio
Transporte Aéreo e Terrestre (a)			
<i>Internacional</i>	01.11.2006 a 01.11.2007	US\$2.000	Variável
<i>Nacional</i>	01.11.2006 a 01.11.2007	US\$2.000	Variável
Prédio Edifício Sede (b)	11.08.2006 a 11.08.2007	R\$36.500	R\$13
Subestações e Usinas (c)	14.01.2007 a 14.02.2008	R\$10.000	R\$930

a) Transporte Aéreo e Terrestre

Visam garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

b) Prédio Edifício Sede

Visa garantir danos ao edifício sede administrativa da Celesc.

c) Subestações e Usinas

Na apólice contratada foram incluídas as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possuem cobertura securitária básica, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e de informática.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38. Revisão Tarifária Periódica

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de Energia Elétrica. As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem. Também não serão consideradas na definição das tarifas;
- A Base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP -M, acrescida e ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período e;
- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

Os efeitos financeiros futuros decorrentes do segundo ciclo de Revisão Tarifária, que ocorrerá em agosto de 2008, estão sendo analisados pela Administração, não sendo possível quantificar no momento.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

39. Fluxo de Caixa

	CONTROLADORA	
	31.03.2007	31.03.2006
Lucro do Período	131.825	55.124
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	-	25.044
Custo das Baixas do Ativo Permanente	-	6.500
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.249	18.722
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(1.052)	(12.302)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	176	8.948
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	-	5.053
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	(744)	2.766
	134.454	109.855
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	27.365	(26.611)
Títulos a Receber	-	(18.821)
Tributos a Compensar	(42)	(23.624)
Serviços em Curso	-	(9.351)
Estoques	-	(580)
Ativos Regulatórios	-	19.066
Controladoras, Controladas e Coligadas	(33.731)	-
Investimentos	46.487	-
Depósitos Judiciais	-	(2.660)
Outras Contas a Receber	17.490	1.044
	57.569	(61.537)
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	(12.361)	10.238
Taxas Regulamentares	(587)	23.512
Entidade de Previdência Privada	-	(3.640)
Coligadas e Controladas ou Controladoras	961	-
Benefício Pós-Emprego	-	(10.715)
Tributos e Contribuições Sociais + Paes	20.932	19.041
Passivos Regulatórios - Conta de Comp. De Var. Custos "Parc. A" - CVA	-	(8.431)
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	(53)	(1.367)
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	-	(37.188)
Outras	462	4.367
	9.354	(4.183)
Total das Atividades Operacionais	201.377	44.135
Atividades de Investimentos		
Investimentos	(88.447)	-
Imobilizado	-	(74.630)
Obrigações Especiais	-	594
Total das Atividades de Investimento	(88.447)	(74.036)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - Líquido	-	(16.119)
Repasso de Convênios	-	2.100
Total das Atividades de Financiamento	-	(14.019)
Total dos Efeitos de Caixa	112.930	(43.920)
Saldo Inicial	11.962	204.178
Saldo Final	124.892	160.258
Variação no Caixa	112.930	(43.920)

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CONSOLIDADO	
	31.03.2007	31.03.2006
Lucro do Período	131.825	55.124
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	26.477	25.044
Custo das Baixas do Ativo Permanente	6.246	6.500
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.674	18.722
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(10.864)	(12.302)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.793	8.948
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(1.211)	5.053
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	861	2.766
	167.801	109.855
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(27.754)	(26.611)
Títulos a Receber	(8.885)	(18.821)
Tributos a Compensar	(31.215)	(23.624)
Serviços em Curso	(2.253)	(9.351)
Estoques	(108)	(580)
Ativos Regulatórios	33.082	19.066
Despesas Antecipadas	1	-
Investimentos	46.487	-
Depósitos Judiciais	(119)	(2.660)
Outras Contas a Receber	10.801	1.044
	20.037	(61.537)
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	(15.192)	10.238
Taxas Regulamentares	8.035	23.512
Entidade de Previdência Privada	(4.112)	(3.640)
Benefício Pós-Emprego	(18.466)	(10.715)
Tributos e Contribuições Sociais + Paes	81.494	19.041
Passivos Regulatórios - Conta de Comp. De Var. Custos "Parc. A" - CVA	3.346	(8.431)
Resultado Exercícios Futuros	(6.386)	-
Utilização de Faixas de domínio - Deinfra	27.147	-
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	(5.233)	(1.367)
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	1	(37.188)
Outras	(10.301)	4.367
	60.333	(4.183)
Total das Atividades Operacionais	248.171	44.135
Atividades de Investimentos		
Investimentos	2.792	-
Imobilizado	(106.885)	(74.630)
Obrigações Especiais	1.532	594
Total das Atividades de Investimento	(102.561)	(74.036)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - Líquido	(17.607)	(16.119)
Repasse de Convênios	7.624	2.100
Total das Atividades de Financiamento	(9.983)	(14.019)
Total dos Efeitos de Caixa	135.627	(43.920)
Saldo Inicial	129.453	204.178
Saldo Final	265.080	160.258
Varição no Caixa	135.627	(43.920)

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. Resumo das Diferenças entre as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (Princípios Contábeis Brasileiros) e o U.S. GAAP

As Informações Trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP). O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Patrimônio Líquido, para os períodos findos em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006:

Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP	Período findo em	
	31.03.2007	31.12.2006
Patrimônio Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros	1.337.805	1.205.980
Investimentos	(2.777)	(2.777)
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	684	684
Provisão para perdas em incentivos fiscais	(3.053)	(3.053)
Reversão de juros nos investimentos	(408)	(408)
Imobilizado	59.549	60.496
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>36.823</u>	<u>39.143</u>
Custo, líquido das baixas	151.515	152.311
Depreciação, líquida das baixas	(114.692)	(113.168)
<u>Amortização de "softwares", desde sua data de ativação</u>	<u>(9.512)</u>	<u>(9.512)</u>
<u>Juros e Encargos Próprios</u>	<u>(31.504)</u>	<u>(33.240)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(103.465)	(104.000)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	71.961	70.760
<u>Custos Administrativos</u>	<u>(72.199)</u>	<u>(69.712)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(95.907)	(92.402)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	23.708	22.690
<u>Capitalização de Encargos Financeiros</u>	<u>135.941</u>	<u>133.817</u>
<u>Reversão do critério adotado no Brasil</u>	<u>(27.118)</u>	<u>(27.489)</u>
Custo, líquido das baixas	(36.607)	(36.719)
Depreciação, líquida das baixas	9.489	9.230
<u>Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP</u>	<u>163.059</u>	<u>161.306</u>
Custo, líquido das baixas	216.258	212.238
Depreciação, líquida das baixas	(53.199)	(50.932)
Obrigações Especiais	128.087	123.419
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>(9.046)</u>	<u>(9.246)</u>
Custo, líquido das baixas	(13.327)	(13.398)
Depreciação, líquida das baixas	4.281	4.152
<u>Custo</u>	<u>137.133</u>	<u>132.665</u>
Depreciação acumulada	96.113	92.994
Baixas	41.019	39.671
Plano de Pensão e Assistência Médica	(485.366)	(49.477)
Complemento do Plano de Pensão	(370.586)	61.855
Complemento da Assistência Médica	(114.780)	(111.332)
Outros - Não sujeitos a impactos fiscais	757	757
Dividendos propostos	757	757
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP	(299.751)	132.418
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes de U.S. GAAP	102.172	(44.764)
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP, Líquidos do IRPJ e CSLL	(197.578)	87.654
Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP	1.140.227	1.293.634

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Resultado do Exercício, para os períodos findos em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006:

<u>Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP</u>	Período findo em	
	<u>31.03.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
Lucro Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros	131.825	213.646
Imobilizado	(947)	27.518
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>(2.320)</u>	<u>(8.288)</u>
Custo, líquido das baixas	(796)	(2.804)
Depreciação, líquida das baixas	(1.524)	(5.484)
<u>Amortização de softwares não reconhecida nos livros locais</u>	<u>0</u>	<u>1.747</u>
<u>Juros e Encargos Próprios</u>	<u>1.736</u>	<u>6.482</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	535	1.883
Reversão da depreciação, líquida das baixas	1.201	4.599
<u>Custos Administrativos</u>	<u>(2.487)</u>	<u>(5.990)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(3.505)	(9.866)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	1.018	3.876
<u>Capitalização de Encargos Financeiros</u>	<u>2.124</u>	<u>33.567</u>
<u>Reversão do critério adotado no Brasil</u>	<u>371</u>	<u>1.400</u>
Custo, líquido das baixas	112	397
Depreciação, líquida das baixas	259	1.003
<u>Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP</u>	<u>1.753</u>	<u>32.167</u>
Custo, líquido das baixas	4.020	40.334
Depreciação, líquida das baixas	(2.267)	(8.167)
Obrigações Especiais	4.668	16.567
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>200</u>	<u>694</u>
Custo, líquido das baixas	71	251
Depreciação, líquida das baixas	129	443
<u>Custo</u>	<u>4.468</u>	<u>15.873</u>
Depreciação acumulada	3.119	11.517
Baixas	1.348	4.356
Instrumentos Financeiros	-	-
Valor de mercado não reconhecido nos livros locais	-	-
Plano de Pensão e Assistência Médica	(435.889)	100.253
Complemento do Plano de Pensão	(432.441)	175.687
Complemento da Assistência Médica	<u>(3.448)</u>	<u>(75.434)</u>
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP	(432.169)	144.338
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os ajustes de U.S. GAAP	<u>146.937</u>	<u>(49.074)</u>
Subtotal dos ajustes de U.S. GAAP, líquidos do IRPJ e CSLL	<u>285.231</u>	<u>95.264</u>
(Prejuízo)/Lucro Líquido conforme U.S. GAAP	<u>(153.406)</u>	<u>308.910</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido por lote de mil ações em reais	(202,85)	400,44

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do Patrimônio Líquido, de acordo com o U.S. GAAP é como segue:

Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP – 31.12.2006	1.293.634
Prejuízo Líquido do período	(153.406)
Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP - 31.03.2007	1.140.228

Abaixo é demonstrado o resumo das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP:

a) Atualização Monetária em 1996 e 1997

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc cessou a correção monetária dos efeitos da inflação em 31 de dezembro de 1995. A partir de 1º de janeiro de 1996, o valor contábil de todos os ativos e passivos não monetários passaram a ser representados pelo custo histórico como base de valor. De acordo com o U.S. GAAP, até dezembro de 1997 o Brasil era considerado um país de economia hiperinflacionária e, conseqüentemente, a Celesc continuou a registrar os efeitos inflacionários de tais ativos e passivos através do IGP-M até 1997.

Os ajustes de conciliação de U.S. GAAP representam a amortização da correção monetária do ativo imobilizado, de investimentos e obrigações especiais, resultante da correção monetária aplicada durante os anos de 1996 e 1997.

Para fins de conciliação do U.S. GAAP, o Patrimônio Líquido foi acrescido em R\$ 33.113 e R\$30.581, em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente, em função dos ajustes de correção monetária de 1996 e 1997, e líquidos de depreciação e baixas, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos da correção monetária pelo IGP-M até 31 de dezembro de 1997	Investimentos	Imobilizado	Obrigações Especiais	Total
Em 31 de dezembro de 2005	684	47.431	(9.940)	38.175
Baixas	0	(931)	83	(848)
Depreciação e amortização	0	(1.172)	88	(1.084)
Em 31 de março de 2006	684	45.328	(9.769)	36.243
Baixas	0	(580)	52	(528)
Depreciação e amortização	0	(1.492)	123	(1.369)
Em 30 de junho de 2006	684	43.256	(9.594)	34.346
Baixas	0	(663)	60	(603)
Depreciação e amortização	0	(1.411)	116	(1.295)
Em 30 de setembro de 2006	684	41.182	(9.418)	32.448
Baixas	0	(630)	56	(574)
Depreciação e amortização	0	(1.409)	116	(1.293)
Em 31 de dezembro de 2006	684	39.143	(9.246)	30.581
Baixas	0	796	0	796
Depreciação e amortização	0	0	1.736	1.736
Em 31 de março de 2007	684	39.939	(7.510)	33.113

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Investimentos em Incentivos Fiscais

Esses investimentos, aprovados pelo Governo brasileiro para regiões subdesenvolvidas do Brasil ou para projetos específicos, estão disponíveis sem custo adicional sobre o pagamento de impostos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são registrados como um ativo, com um crédito correspondente em uma reserva no Patrimônio Líquido. Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, este crédito é estornado contra os respectivos investimentos.

c) Amortização de “Softwares”

A Celesc não estava calculando a amortização de “softwares” nos livros locais, pois isso dependia da aprovação da ANEEL para reconhecer tal despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores.

A partir do trimestre findo em 30 de junho de 2005, a Celesc obteve a aprovação da ANEEL sobre o requerimento, para reconhecer a despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores. A amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos “softwares” a uma taxa de 20% a.a., retroativamente a 1º de janeiro de 2005.

Para fins de U.S. GAAP, tal amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos “softwares”, a uma taxa de amortização de 20% a.a, desde sua adição original.

d) Capitalização de Juros e Encargos Próprios

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou os custos de juros de empréstimos, as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira e os juros atribuídos aos recursos dos acionistas aplicados na construção em curso, até 31 de dezembro de 2001. De acordo com o U.S. GAAP, em conformidade com o “Statement of Financial Accounting Standards” (Pronunciamento sobre Princípios de Contabilidade) SFAS nº 34 - “Capitalization of Interest Cost” (Capitalização dos Custos de Juros), os juros incorridos sobre os empréstimos são capitalizados na medida em que tais empréstimos não excedam as construções em curso. Os juros atribuídos ao recurso dos acionistas, bem como as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira, não são capitalizados.

e) Capitalização de Custos Administrativos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou custos administrativos indiretos até o limite de 10% das despesas diretas com pessoal e serviço de terceiros, atribuíveis ao imobilizado em curso. Esta prática não é aceita pelo U.S. GAAP e, conseqüentemente, seus efeitos foram revertidos para fins da conciliação ao U.S. GAAP.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Obrigações Especiais

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc apresenta as obrigações especiais, representando as contribuições de consumidores ao custo de expansão dos sistemas de distribuição, como redutora do ativo imobilizado. Essas obrigações não estão sujeitas à depreciação com base nas vidas úteis aplicáveis aos respectivos ativos e baixas. De acordo com o U.S. GAAP, as contribuições recebidas de consumidores são consideradas como reembolso de custos de construção e são creditadas contra o custo do respectivo ativo.

Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, a depreciação é ajustada pelos efeitos das baixas das obrigações especiais vinculadas à concessão, calculados pelas taxas de depreciações aplicáveis à classe correspondente de imobilizado adquirido com tais contribuições dos consumidores.

g) Instrumentos Financeiros

Com o objetivo de minimizar os custos financeiros atrelados à energia adquirida de Itaipu (denominado em dólares), a Celesc iniciou operações de “swap”, cujo objetivo é obter proteção contra a variação da taxa de câmbio, trocando o indexador da dívida (dólar) com Itaipu por reais, indexados pela variação do CDI. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, qualquer diferencial a ser pago ou recebido, oriundo de contratos, é registrado como um ativo ou como um passivo, em contrapartida ao resultado financeiro. O valor de mercado de contratos não foi reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Celesc.

Em junho de 1998, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu o SFAS nº 133 – “Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities” (Contabilização de Instrumentos Derivativos e das Atividades de Hedge). O SFAS nº 133, aditado pelo SFAS nº 138 “Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities” (Contabilização para Certos Instrumentos Derivativos e Certas Atividades de Hedge) e pelo SFAS nº 149, “Amendment of Statement nº 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities” (Emenda ao SFAS nº 133 Sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge), estabelece a contabilização e as práticas de apresentação requeridas para todos os instrumentos derivativos registrados no Balanço Patrimonial, aplicável tanto para um ativo quanto para um passivo, determinados a valor de mercado. O SFAS nº 133 requer que as mudanças relativas ao valor de mercado dos derivativos sejam reconhecidas no resultado, a menos que alguns critérios específicos de contabilização do “hedge” sejam determinados.

Para operações qualificadas como “hedges”, os ganhos ou as perdas com derivativos podem ser compensados com o respectivo resultado do item com a opção de “hedge” no resultado do exercício.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, para que as operações com instrumentos financeiros derivativos possam ser qualificadas dessa forma, a Celesc deve, formalmente, documentar e demonstrar a efetividade das transações que estão sujeitas à contabilização de “hedge”. O SFAS nº 133 deve ser aplicado para instrumentos derivativos e alguns instrumentos derivativos embutidos em contratos híbridos que foram emitidos, adquiridos ou substancialmente modificados após 31 de dezembro de 1997.

Como os contratos de “swap” da Celesc não se enquadram como contabilização de “hedge”, de acordo com o U.S. GAAP, alterações no valor de mercado desses contratos foram reconhecidas no resultado do período corrente.

Em 31 de março de 2007, a Celesc não tinha contratos de “swap” em aberto.

h) Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a cada final de exercício o Conselho de Administração deve propor a distribuição de dividendos a partir do lucro ajustado do período e efetuar sua provisão nas Demonstrações Contábeis da Celesc. Contudo, esta proposta pode ser ratificada ou modificada em Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Para fins de conciliação ao U.S. GAAP, dividendos provisionados não foram considerados declarados na data do Balanço Patrimonial e, desta forma, o montante inicialmente provisionado foi revertido.

Tanto no U.S. GAAP quanto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, os Juros sobre o Capital Próprio são considerados obrigações no momento em que são anunciados, sendo provisionados nessa ocasião.

i) IRPJ e CSLL

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o IRPJ e a CSLL Diferidos Passivos, são reconhecidos com base no montante estimado de impostos a pagar no futuro. O IRPJ e a CSLL Diferidos Ativos, relativos a diferenças temporárias dedutíveis (despesas que são provisionadas, porém são indedutíveis até sua realização em períodos seguintes) ou a prejuízos fiscais, são reconhecidos quando existe uma razoável certeza de que a Celesc gerará lucros a serem utilizados para a compensação dos referidos ativos.

De acordo com o U.S. GAAP, o IRPJ e a CSLL Diferidos, relativos a diferenças temporárias ou prejuízos fiscais, são sempre reconhecidos e, se necessário, uma provisão para realização é reconhecida se houver possibilidade de não realização dos ativos.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os efeitos do IRPJ Diferido relativo à indexação de ativos permanentes aplicada para fins contábeis, mas não aplicada para fins fiscais, são registrados no Patrimônio Líquido.

De acordo com o U.S. GAAP, essa obrigação como IRPJ Diferido deve ser alocada na Demonstração do Resultado do Exercício.

j) Lucro por Ação

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o lucro líquido por ação é calculado pelo número de ações em circulação na data do Balanço. De acordo com o U.S. GAAP, pelo SFAS nº 128 “Lucro por Ação”, o lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível para as ações, pela média das ações disponíveis no período. Para todos os períodos apresentados, a Celesc não possuía qualquer potencial de dissolução das ações, conseqüentemente, o lucro diluído por ações é igual ao lucro básico por ações.

k) Contabilização de Efeitos Regulatórios

De acordo com o U.S. GAAP, devido ao resultado de várias ações tomadas pelo Governo Federal e pela ANEEL em 2001, a Celesc está sujeita aos efeitos do SFAS nº 71 “Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation” (Contabilização de Efeitos de Certos Tipos de Regulamentação). A estrutura de ajuste tarifário no Brasil passou a prover a recuperação dos custos permitidos a Celesc, incluindo aqueles resultantes das determinações do Governo Federal relacionados às medidas do racionamento de energia impostas em 2001.

Desta forma, a Celesc capitaliza os custos incorridos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando há uma provável expectativa de que as receitas futuras iguais aos custos incorridos serão faturadas e recebidas por meio da inclusão destes custos numa tarifa crescente reajustada definida pelo ANEEL anualmente. O ativo regulatório diferido é eliminado quando a Celesc recebe os custos relacionados por meio do faturamento aos consumidores. Se a ANEEL excluir a totalidade ou parte dos custos da revisão, a parcela do ativo regulatório diferido deverá ser objeto de provisão para perda, sendo reduzida na extensão dos custos excluídos.

O Acordo também contempla os custos da “Parcela A” que cada Empresa distribuidora está autorizada a diferir e repassar aos seus consumidores mediante futuros ajustes tarifários. Os custos da “Parcela A” são definidos pelos contratos de concessão como sendo o custo da energia comprada e outros custos e taxas. A ANEEL tem garantido reajustes tarifários para recuperar uma parte dos custos anteriormente diferidos como custos da “Parcela A”.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, devido a incertezas relativas à economia brasileira, a ANEEL tem adiado a aprovação de certos reajustes tarifários da “Parcela A”. O acordo definiu um mecanismo de compensação contábil, criado em outubro de 2001, para registrar a variação dos custos da “Parcela A” com o objetivo de calcular os ajustes tarifários. Para fins de U.S. GAAP, referente à contabilização de efeitos regulatórios, nenhum ajuste foi requerido. Os ativos e passivos regulatórios estão apresentados na nota 11.

l) Contabilização de Provisão para Perda em Ativos de Longo Prazo

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor registrado dos ativos de longo prazo é reduzido ao seu valor de realização quando é esperado que tais ativos não serão realizados quando comparados com o resultado futuro das projeções de fluxo de caixa descontado. O U.S. GAAP, pelo pronunciamento SFAS nº 144 – “Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and Long-Lives Assets to be Disposed of” (Contabilização de Provisão para Perda em Ativos de Longo Prazo a Serem Baixados), determina que a provisão deve ser reconhecida sempre que eventos específicos ou quaisquer mudanças eventuais indiquem, mediante a análise do fluxo de caixa descontado estimado a ser gerado por seus ativos em operação, que o valor registrado dos ativos de longo prazo não possam ser recuperados. Para efeitos de ajustes de U.S. GAAP, não foi necessário constituir a referida provisão para nenhum dos períodos apresentados.

Conforme descrito na nota 14 – Investimentos Temporários, a Celesc mantém investimento na Casan, o qual é resultante de uma negociação de débitos ocorrida em 1999. O valor do investimento é de R\$110.716, antes da provisão para perdas, a qual foi reconhecida pela Celesc no montante de R\$81.271.

De acordo com o U.S. GAAP, transações de quitação de débitos devem ser normalmente reconhecidas a valor de mercado dos ativos recebidos ou dados em troca, se rapidamente disponíveis. Adicionalmente, como o investimento está abaixo de 20% de participação e não há influência significativa exercida pela Celesc na Casan, o investimento deve ser classificado como disponível para venda, como definido pelo SFAS nº 115 – “Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities” (Contabilização de Certos Investimentos em Dívidas ou Participações Acionárias), se as ações da Casan tiverem um valor de mercado determinável.

Como a Casan não possui ações negociadas em mercado, o investimento deve ser avaliado ao valor de mercado na data da aquisição, avaliado por outro método que não seja o de provisão para Investimentos Temporários. Nesse sentido, a Celesc decidiu adotar o método do Fluxo de Caixa Descontado para calcular o valor de mercado para o Investimento Temporário, o qual foi preparado por consultores contratados.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desta forma, a Celesc efetuou provisão adicional para desvalorização do investimento Casan, no valor de R\$57 milhões, conforme laudo elaborado tomando-se como base as informações econômico-financeiras da Casan em 31 de julho de 2005, reconhecendo tal provisão também para fins de BR GAAP.

m) Plano de Pensão e Outros Benefícios

Conforme apresentado nas notas 20 e 21, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31 de dezembro de 2000, os efeitos do Plano de Pensão e outros benefícios foram reconhecidos quando o plano foi fundado. O Plano de Pensão da Celesc foi alterado de Plano de Benefícios Definido para Plano de Contribuições Definidas a partir de 1998. Em decorrência desse processo, a Celesc registrou em 1999 uma provisão no total do valor. A Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, determinou que a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, as empresas devem registrar os planos de pensão e os efeitos dos benefícios pós-aposentadoria pelo regime de competência.

De acordo com o U.S. GAAP, as disposições do SFAS nº 87 – “Employers Accounting for Pensions” (Contabilização de Planos de Pensão pelo Empregador) e do SFAS nº 106 – “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (Contabilização pelo Empregador dos Benefícios Pós-Aposentadoria que não sejam Plano de Pensão) requerem o reconhecimento dos custos em um regime de competência mais abrangente.

Adicionalmente, o U.S. GAAP requer o reconhecimento tanto do ativo quanto da obrigação, conforme apropriado, relativo à diferença entre as obrigações projetadas dos benefícios futuros (conforme definido no SFAS nº 87 e SFAS nº 106) e os ativos do plano. Esses ativos devem ser apresentados a valor de mercado e ajustados por alguns itens de conciliação.

n) Novos Pronunciamentos Contábeis

Em complemento as disposições do SFAS nº 87 – “Employers Accounting for Pensions” (Contabilização de Planos de Pensão pelo Empregador) e do SFAS nº 106 – “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (Contabilização pelo Empregador dos Benefícios Pós-Aposentadoria que não sejam Plano de Pensão), o pronunciamento nº 158 foi publicado com o objetivo de endereçar algumas deficiências dos referidos pronunciamentos e aumentar a transparência das demonstrações financeiras.

Com a publicação deste pronunciamento, as empresas não apenas devem divulgar, mas também registrar as diferenças entre os ativos a valor presente e os passivos atuariais com os seus planos previdenciários.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com relação a data-base para execução dos cálculos atuariais, atualmente é permitido optar pela atualização do cálculo até três meses antes da data do fechamento. Este pronunciamento define que os cálculos atuariais devem ser atualizados na data de fechamento do balanço.

Este pronunciamento será efetivo para as demonstrações financeiras a serem encerradas após 15 de junho de 2007.

A Celesc está avaliando o impacto deste pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras e entende que os demais pronunciamentos contábeis do terceiro trimestre não são aplicáveis na Companhia.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

1. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice Bovespa (Ibovespa) apresentou valorização de 2,99% no primeiro trimestre de 2007. O Índice de Energia Elétrica (IEEX), por sua vez, permaneceu estável apresentando ligeira valorização de 0,18% entre janeiro e março do corrente ano.

A incerteza crescente quanto ao futuro da economia norte-americana (possibilidade de recessão) e a queda brusca da bolsa chinesa no final de fevereiro justificam a redução na liquidez financeira internacional e a conseqüente deterioração no fluxo de capitais aos mercados emergentes. Como conseqüência, o início do ano de 2007 foi marcado por intensa volatilidade no mercado de capitais brasileiro.

Nesse contexto, as ações preferenciais Classe “B” da Celesc (CLSC6) apresentaram variação negativa de 1,20%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) fecharam o trimestre com valorização de 3,69%. O quadro a seguir apresenta a variação das ações da CELESC e dos principais indicadores do mercado acionário nacional:

Quadro Comparativo Ações Celesc & Índices de Mercado

	Fechamento 31/03/2007	Desempenho		
		Variação %		
		1º trim. 2007	em 12 meses	em 4 anos
Celesc PNB	R\$33,80	-1,20%	-2,31%	284,09%
Celesc ON	R\$36,50	3,69%	21,67%	160,71%
IBOVESPA	45.804	2,99%	20,69%	306,32%
IEEX - Índice de Energia Elétrica	14.011	0,18%	15,35%	398,79%

Os valores de mercado das ações da Celesc S.A. em 31 de março de 2007 são os seguintes: R\$36,50 para cada ação ordinária (ON) e R\$33,80 para cada ação preferencial Classe “B” (PNB).

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Lucro Líquido apresentado pela Celesc *holding*, no primeiro trimestre de 2007, foi de R\$131,8 milhões, decorrente basicamente da alienação da Maesa e da Equivalência Patrimonial de suas subsidiárias integrais Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	3.711.775	3.545.436
1.01	Ativo Circulante	1.394.916	1.270.449
1.01.01	Disponibilidades	265.080	129.453
1.01.01.01	Numerário Disponível	132.814	119.942
1.01.01.02	Aplicação no Mercado Aberto	132.266	9.511
1.01.02	Créditos	1.066.131	1.072.870
1.01.02.01	Clientes	854.765	835.431
1.01.02.01.01	Consumidores, Concession. e Permission.	996.849	969.095
1.01.02.01.02	Títulos a Receber	143.173	142.919
1.01.02.01.03	Provisão para Créd. de Liquid. Duvidosa	(285.257)	(276.583)
1.01.02.02	Créditos Diversos	211.366	237.439
1.01.02.02.01	Tributos a Compensar	94.800	66.251
1.01.02.02.02	Serviços em Curso	29.021	26.768
1.01.02.02.03	Ativo Regulatório "Parcela A" - CVA	68.887	107.241
1.01.02.02.04	Ativo Regulatório - PIS e COFINS	4.588	7.155
1.01.02.02.05	Ativo Regulatório - Outros	14.070	26.876
1.01.02.02.06	Dividendos a Receber	0	3.148
1.01.03	Estoques	25.412	25.304
1.01.04	Outros	38.293	42.822
1.02	Ativo Não Circulante	2.316.859	2.274.987
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	807.243	827.585
1.02.01.01	Créditos Diversos	807.192	824.409
1.02.01.01.01	Títulos a Receber	224.582	215.951
1.02.01.01.02	Contas a Receber do Estado de SC	34.530	33.786
1.02.01.01.03	Ativo Regulatório "Parcela A" - CVA	79.028	56.385
1.02.01.01.04	Ativo Regulatório - PIS e COFINS	38.148	37.769
1.02.01.01.05	Investimentos Temporários	50.034	96.521
1.02.01.01.06	Tributos a Compensar	33.461	30.795
1.02.01.01.07	Imp. de Renda e Cont. Social Diferidos	347.409	353.202
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	51	3.176
1.02.02	Ativo Permanente	1.509.616	1.447.402
1.02.02.01	Investimentos	32.335	35.127
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	10.164	12.956
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	22.171	22.171

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
1.02.02.02	Imobilizado	1.477.281	1.412.275
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	3.711.775	3.545.436
2.01	Passivo Circulante	1.010.912	960.595
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59.224	68.827
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	284.389	299.581
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	210.662	128.300
2.01.05	Dividendos a Pagar	762	761
2.01.06	Provisões	59.698	62.072
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	396.177	401.054
2.01.08.01	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	12.262	15.121
2.01.08.02	Encargos de Dívidas	743	873
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	176.258	168.228
2.01.08.04	Entidade de Previdência Privada	34.382	34.934
2.01.08.05	Benefícios Pós-Emprego	62.892	55.574
2.01.08.06	Programa Paes	3.790	4.992
2.01.08.07	Juros Sobre Capital Próprio	315	315
2.01.08.08	Passivo Regulatório "Parcela A" - CVA	39.232	60.952
2.01.08.09	Passivo Regulatório - Outros	11.661	22.274
2.01.08.10	Utilização de Faixas de Domínio-DEINFRA	27.147	0
2.01.08.11	Outras Contas a Pagar	27.495	37.791
2.02	Passivo Não Circulante	1.363.058	1.378.861
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.363.058	1.372.475
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	82.415	89.736
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	402.269	403.599
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	878.374	879.140
2.02.01.06.01	Entidade de Previdência Privada	429.161	431.365
2.02.01.06.02	Benefícios Pós-Emprego	276.906	302.690
2.02.01.06.03	Tributos e Contrib. Sociais Diferidas	50.338	61.202
2.02.01.06.04	Programa Paes	25.888	25.554
2.02.01.06.05	Passivo Regulatório "Parcela A" - CVA	93.420	55.668
2.02.01.06.06	Outras Contas a Pagar	2.661	2.661
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	6.386
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.337.805	1.205.980
2.04.01	Capital Social Realizado	696.200	696.200
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	509.780	509.780
2.04.04.01	Legal	36.034	36.034
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	473.746	473.746
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.825	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.270.394	1.270.394	1.171.703	1.171.703
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	1.215.877	1.215.877	1.123.100	1.123.100
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	4.427	4.427	2.483	2.483
3.01.03	Disponibilização Sistema de Distribuição	34.813	34.813	31.212	31.212
3.01.04	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	848	848
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	2.291	2.291	0	0
3.01.06	Arrendamentos e Aluguéis	7.170	7.170	6.956	6.956
3.01.07	Outras Receitas	5.816	5.816	7.104	7.104
3.02	Deduções da Receita Bruta	(477.626)	(477.626)	(466.734)	(466.734)
3.02.01	ICMS sobre Energia Elétrica	(249.810)	(249.810)	(240.372)	(240.372)
3.02.02	PIS	(21.520)	(21.520)	(19.626)	(19.626)
3.02.03	COFINS	(97.273)	(97.273)	(88.652)	(88.652)
3.02.04	ISS	(35)	(35)	(8)	(8)
3.02.05	Reserva Global de Reversão - RGR	(5.559)	(5.559)	(4.837)	(4.837)
3.02.06	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(32.380)	(32.380)	(35.872)	(35.872)
3.02.07	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(62.660)	(62.660)	(69.051)	(69.051)
3.02.08	Pesquisa & Desenvolvimento - P& D	(4.399)	(4.399)	(5.634)	(5.634)
3.02.09	Eficiência Energética - PEE	(3.986)	(3.986)	(2.114)	(2.114)
3.02.10	Encargo de Capacidade Emergencial	(4)	(4)	(568)	(568)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	792.768	792.768	704.969	704.969
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(559.594)	(559.594)	(512.177)	(512.177)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(408.870)	(408.870)	(368.519)	(368.519)
3.04.02	Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	(57.211)	(57.211)	(63.714)	(63.714)
3.04.03	Proinfa	(10.110)	(10.110)	0	0
3.04.04	Pessoal e Administradores	(43.334)	(43.334)	(41.040)	(41.040)
3.04.05	Material	(5.955)	(5.955)	(6.177)	(6.177)
3.04.06	Serviços de Terceiros	(10.687)	(10.687)	(10.509)	(10.509)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.04.07	Depreciação	(22.600)	(22.600)	(21.688)	(21.688)
3.04.08	Outras Despesas	(776)	(776)	(457)	(457)
3.04.09	Custo de Serviço Prestado a Terceiros	(51)	(51)	(73)	(73)
3.05	Resultado Bruto	233.174	233.174	192.792	192.792
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(125.102)	(125.102)	(114.019)	(114.019)
3.06.01	Com Vendas	(40.311)	(40.311)	(41.984)	(41.984)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(88.556)	(88.556)	(74.977)	(74.977)
3.06.03	Financeiras	8.305	8.305	18.835	18.835
3.06.03.01	Receitas Financeiras	55.172	55.172	43.030	43.030
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(46.867)	(46.867)	(24.195)	(24.195)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(4.540)	(4.540)	(15.893)	(15.893)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	108.072	108.072	78.773	78.773
3.08	Resultado Não Operacional	85.866	85.866	3.884	3.884
3.08.01	Receitas	86.165	86.165	5.087	5.087
3.08.02	Despesas	(299)	(299)	(1.203)	(1.203)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	193.938	193.938	82.657	82.657
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(67.184)	(67.184)	(30.886)	(30.886)
3.10.01	Provisão p/ Imposto de Renda	(49.092)	(49.092)	(22.973)	(22.973)
3.10.02	Provisão p/ Contribuição Social	(18.092)	(18.092)	(7.913)	(7.913)
3.11	IR Diferido	5.071	5.071	3.353	3.353
3.11.01	Imposto de Renda Diferido	3.729	3.729	2.344	2.344
3.11.02	Contribuição Social Diferida	1.342	1.342	1.009	1.009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	131.825	131.825	55.124	55.124
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	38.571	38.571	771.432	771.432
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	3,41772	3,41772	0,07146	0,07146
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Celesc no primeiro trimestre de 2007 foram de R\$106.885 milhões, sendo 43,22% superior a igual período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Investimento	31.03.2007		31.03.2006		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Geração	17	0,02%	53	0,07%	-67,92%
Distribuição	102.744	96,13%	72.485	97,13%	41,75%
Instalação Geral	4.124	3,86%	2.092	2,80%	97,13%
Total	106.885	100%	74.630	100%	43,22%

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice Bovespa (Ibovespa) apresentou valorização de 2,99% no primeiro trimestre de 2007. O Índice de Energia Elétrica (IEEX), por sua vez, permaneceu estável apresentando ligeira valorização de 0,18% entre janeiro e março do corrente ano.

A incerteza crescente quanto ao futuro da economia norte-americana (possibilidade de recessão) e a queda brusca da bolsa chinesa no final de fevereiro justificam a redução na liquidez financeira internacional e a conseqüente deterioração no fluxo de capitais aos mercados emergentes. Como conseqüência, o início do ano de 2007 foi marcado por intensa volatilidade no mercado de capitais brasileiro.

Nesse contexto, as ações preferenciais Classe “B” da Celesc (CLSC6) apresentaram variação negativa de 1,20%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) fecharam o trimestre com valorização de 3,69%. O quadro a seguir apresenta a variação das ações da CELESC e dos principais indicadores do mercado acionário nacional:

Quadro Comparativo Ações Celesc & Índices de Mercado				
	Fechamento 31/03/2007	Desempenho		
		Variação %		
		1º trim. 2007 em 12 meses	em 4 anos	
Celesc PNB	R\$33,80	-1,20%	-2,31%	284,09%
Celesc ON	R\$36,50	3,69%	21,67%	160,71%
IBOVESPA	45.804	2,99%	20,69%	306,32%
IEEX - Índice de Energia Elétrica	14.011	0,18%	15,35%	398,79%

Os valores de mercado das ações da Celesc S.A. em 31 de março de 2007 são os seguintes: R\$36,50 para cada ação ordinária (ON) e R\$33,80 para cada ação preferencial Classe “B” (PNB).

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

3. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2007 com um quadro funcional de 3.929 empregados, o que representa acréscimo de 5,39% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.728 empregados), devido ao ingresso de novos empregados por concurso público.

4. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o mercado de energia elétrica por classe de consumo:

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2007		2006		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2006	2006	2007	2007	07-06	07-06
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	351.337	351.337	321.054	321.054	36,5%	36,5%	36,1%	36,1%	-8,6%	-8,6%
Industrial	289.150	289.150	278.127	278.127	30,0%	30,0%	31,3%	31,3%	-3,8%	-3,8%
Comercial	190.574	190.574	170.354	170.354	19,8%	19,8%	19,2%	19,2%	-10,6%	-10,6%
Rural	71.541	71.541	63.781	63.781	7,4%	7,4%	7,2%	7,2%	-10,8%	-10,8%
Poder Público	25.640	25.640	23.906	23.906	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	-6,8%	-6,8%
Iluminação Pública	17.391	17.391	17.588	17.588	1,8%	1,8%	2,0%	2,0%	1,1%	1,1%
Serviço Público	13.654	13.654	11.729	11.729	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	-14,1%	-14,1%
Subtotal	959.287	959.287	886.539	886.539	99,5%	99,5%	99,7%	99,7%	-7,6%	-7,6%
Suprimento	4.427	4.427	2.483	2.483	0,5%	0,5%	0,3%	0,3%	-43,9%	-43,9%
TOTAL	963.714	963.714	889.022	889.022	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-7,8%	-7,8%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	997.112	997.112	931.547	931.547	28,3%	28,3%	26,4%	26,4%	-6,6%	-6,6%
Industrial	1.138.601	1.138.601	1.269.118	1.269.118	32,3%	32,3%	36,0%	36,0%	11,5%	11,5%
Comercial	648.080	648.080	608.662	608.662	18,4%	18,4%	17,3%	17,3%	-6,1%	-6,1%
Rural	428.476	428.476	410.112	410.112	12,2%	12,2%	11,6%	11,6%	-4,3%	-4,3%
Poder Público	87.286	87.286	83.641	83.641	2,5%	2,5%	2,4%	2,4%	-4,2%	-4,2%
Iluminação Pública	106.148	106.148	108.271	108.271	3,0%	3,0%	3,1%	3,1%	2,0%	2,0%
Serviço Público	65.072	65.072	60.524	60.524	1,8%	1,8%	1,7%	1,7%	-7,0%	-7,0%
Subtotal	3.470.775	3.470.775	3.471.875	3.471.875	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	0,0%	0,0%
Suprimento	52.647	52.647	53.432	53.432	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
TOTAL	3.523.422	3.523.422	3.525.307	3.525.307	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,1%	0,1%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	352,35	352,35	344,65	344,65	129,4%	129,4%	137,0%	137,0%	-2,2%	-2,2%
Industrial	253,95	253,95	219,15	219,15	93,3%	93,3%	87,1%	87,1%	-13,7%	-13,7%
Comercial	294,06	294,06	279,88	279,88	108,0%	108,0%	111,3%	111,3%	-4,8%	-4,8%
Rural	166,97	166,97	155,52	155,52	61,3%	61,3%	61,8%	61,8%	-6,9%	-6,9%
Poder Público	293,75	293,75	285,82	285,82	107,9%	107,9%	113,7%	113,7%	-2,7%	-2,7%
Iluminação Pública	163,84	163,84	162,44	162,44	60,2%	60,2%	64,6%	64,6%	-0,9%	-0,9%
Serviço Público	209,83	209,83	193,79	193,79	77,1%	77,1%	77,1%	77,1%	-7,6%	-7,6%
Subtotal	276,39	276,39	255,35	255,35	101,5%	101,5%	101,5%	101,5%	-7,6%	-7,6%
Suprimento	84,09	84,09	46,47	46,47	30,9%	30,9%	18,5%	18,5%	-44,7%	-44,7%
TOTAL	272,26	272,26	251,48	251,48	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-7,6%	-7,6%

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

5. BALANÇO ENERGÉTICO

O montante de energia requerida pela Companhia, para atender o seu mercado, foi de 4.044 GWh, no primeiro trimestre de 2007, representando um acréscimo de 2,95% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.928 GWh).

Para atender seu mercado, no período, foi contabilizado pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, contratos entre a Celesc e as empresas Tractebel 40,7%, Itaipu 19,5%, Copel 25%, Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR 7,6%, Petrobrás 7,2%, do total gerado.

Neste período de 2007 as perdas técnicas e comerciais atingiram 517 GWh, representando 10,7% do total de energia requerida pela Companhia, apresentando um acréscimo de 1,9 pontos percentuais em relação à participação das perdas na energia requerida do mesmo período do ano anterior que foi de 395 GWh.

6. INGRESSO DE RECURSOS

Houve ingresso de recursos no primeiro trimestre de 2007, relativo ao Programa Luz para Todos, no total de R\$11.630.373,84, sendo: R\$10.860.482,00 provenientes do Governo Federal (via Eletrobrás) e R\$769.891,84 do Governo do Estado de Santa Catarina, cuja finalidade é o atendimento com energia elétrica de 100% dos domicílios rurais na área de concessão da Celesc.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Lucro Líquido apresentado pela Celesc, no primeiro trimestre de 2007, foi de R\$131,8 milhões, o que representa um acréscimo de 139,2%, se comparado ao mesmo período de 2006 (R\$55,1 milhões). Esse incremento deveu-se basicamente ao aumento da Receita Operacional Líquida e alienação da Maesa.

No quadro a seguir pode-se visualizar, pelos principais indicadores econômicos, o desempenho da Celesc no primeiro trimestre de 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Índices Econômicos	31.03.2007	31.03.2006
Patrimônio Líquido	1.337.805	1.098.199
Resultado do Período	131.825	55.124
Receita Operacional Líquida	792.768	704.969
Resultado do Serviço	99.767	59.938
Resultado Financeiro	8.305	18.835
EBITDA ou LAJIDA	133.706	108.826
Margem de Serviço (RS / ROL)	12,58%	7,33%
Margem Operacional Líquida (RP / ROL)	16,63%	6,74%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RP / (PL - RP))	10,93%	5,28%

A Receita Operacional Líquida, no primeiro trimestre de 2007, atingiu o montante de R\$792,8 milhões, superando em 12,5% o valor do primeiro trimestre de 2006 (R\$704,9 milhões). Dentre os fatores que influenciaram este crescimento destaca-se novamente o Reajuste Tarifário de 2006.

O Resultado do Serviço apresentou um valor positivo de R\$99,9 milhões, tendo um acréscimo de 66,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$59,9 milhões). Obteve-se este resultado devido ao aumento da Receita Operacional Líquida, citado no parágrafo anterior, como também pelo fato de que o aumento de 7,4% das Despesas Operacionais não acompanhou o aumento da Receita Operacional Líquida que foi de 12,5%.

Apurou-se um Resultado Financeiro de R\$8,3 milhões, inferior ao resultado do mesmo período em 2006 (R\$18,8 milhões), tendo em vista o ajuste nas contas de parcelamento de energia.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e provisões, que equivale ao conceito de uma aproximação de geração de caixa operacional da Celesc, atingiu o valor de R\$133,7 milhões no primeiro trimestre de 2007, contra R\$108,8 milhões no mesmo período do ano anterior. A variação positiva de 22,9% foi decorrente do aumento no Resultado dos Serviços.

O resultado do lucro por lote de mil ações foi de R\$170,88 (R\$71,46 no primeiro trimestre de 2006).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

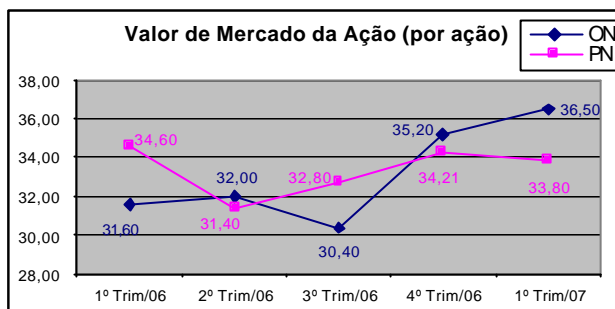
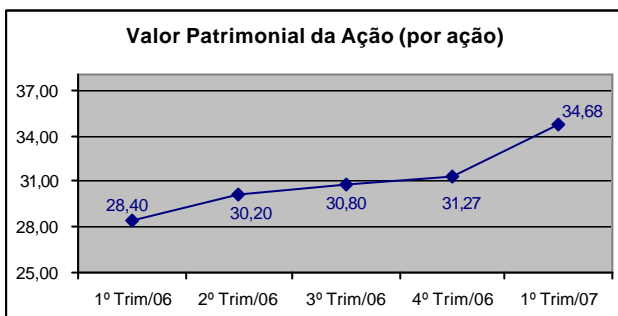
09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)		
01	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	08.336.783/0001-90	FECHADA CONTROLADA	100,00	63,03
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		630.000		630.000
02	CELESC GERAÇÃO S.A.	08.336.804/0001-78	FECHADA CONTROLADA	100,00	3,11
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.000		35.000
03	EMPRESA CATARINENSE DE TRANSMIS. ENERGIA	03.984.987/0001-14	FECHADA COLIGADA	20,00	0,76
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.419		8.419

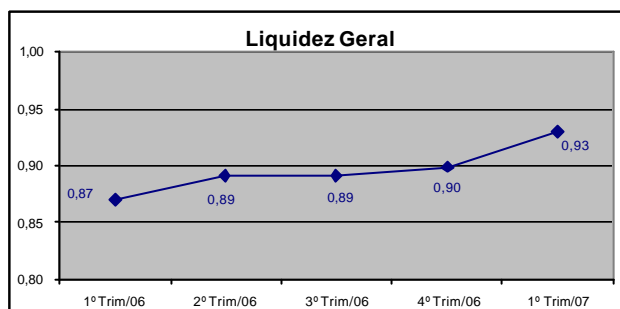
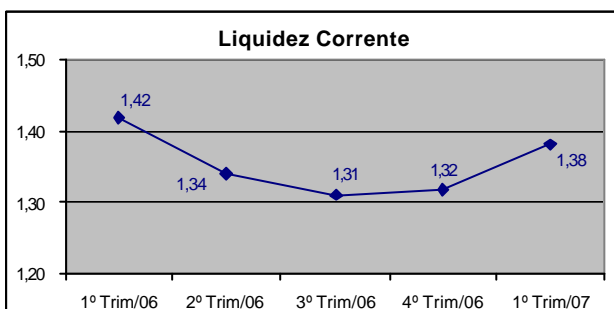
00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES
INDICADORES FINANCEIROS

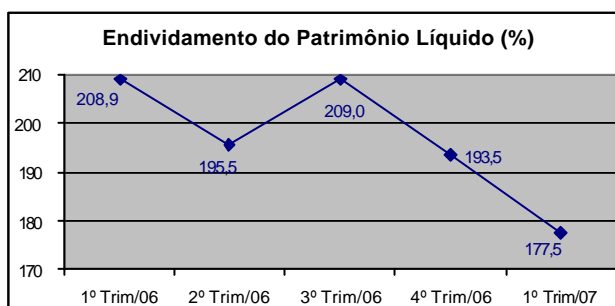
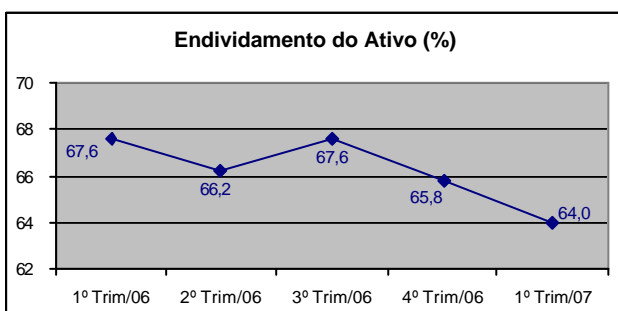
- PATRIMONIAIS



- LIQUIDEZ

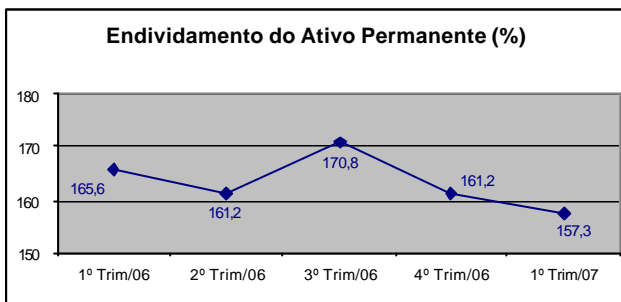


- ENDIVIDAMENTO

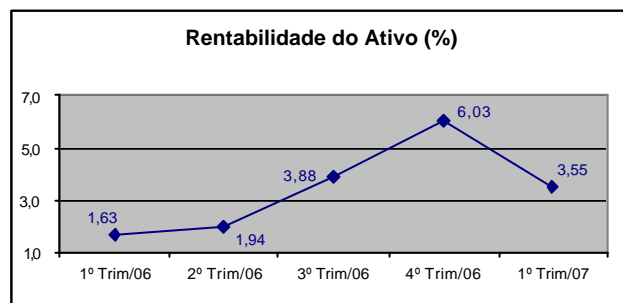
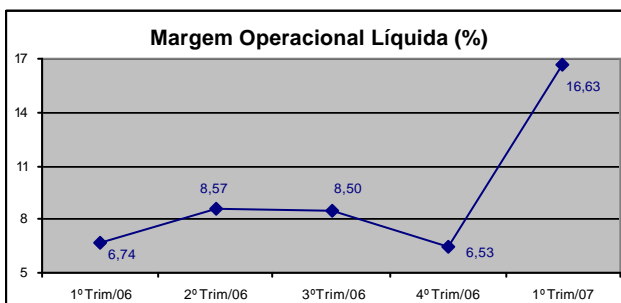
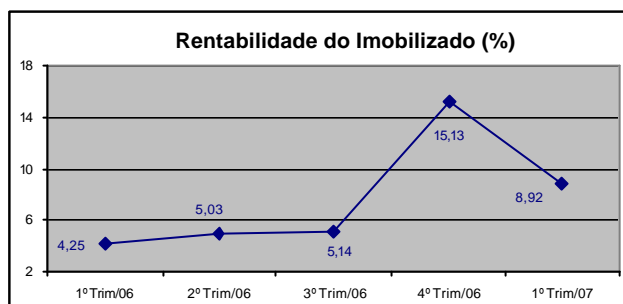
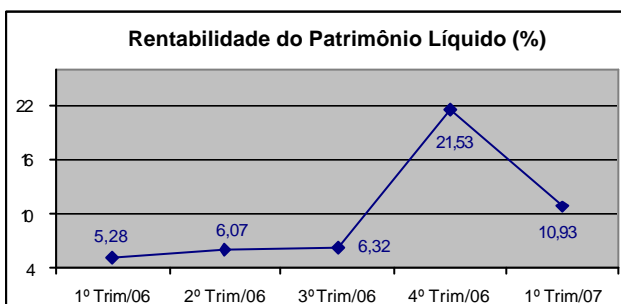


00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES



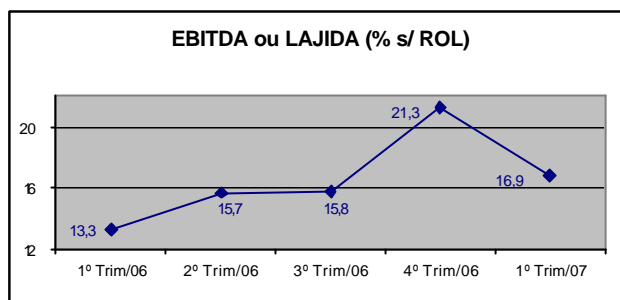
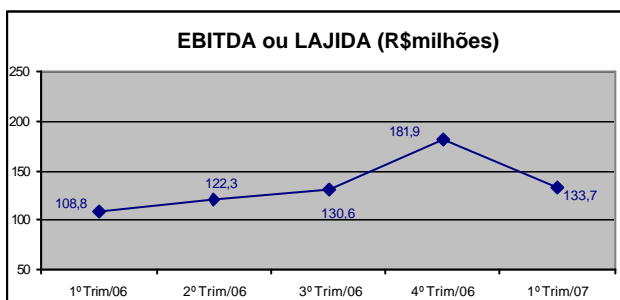
- RENTABILIDADE



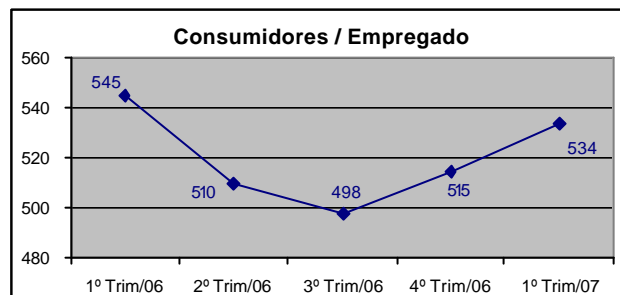
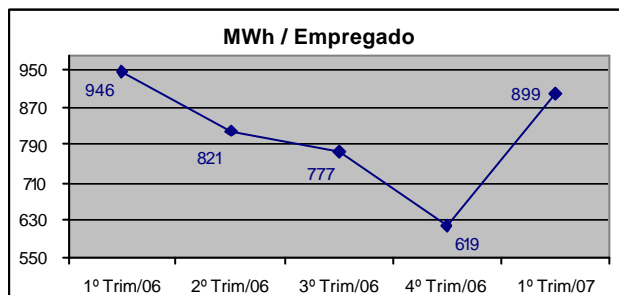
00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

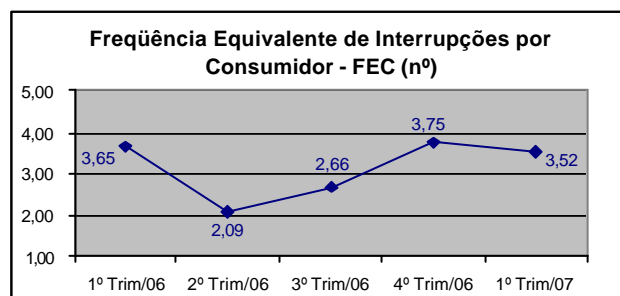
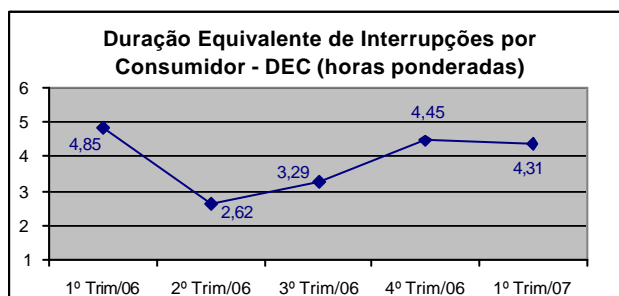
- EBITDA ou LAJIDA



- EFICIÊNCIA

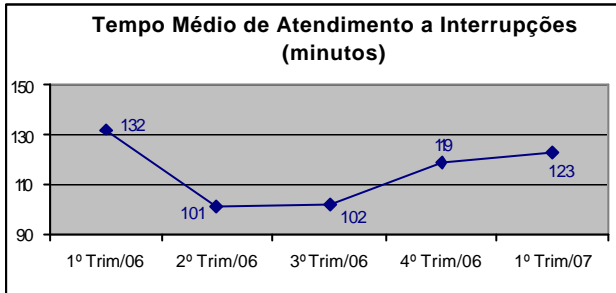


- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

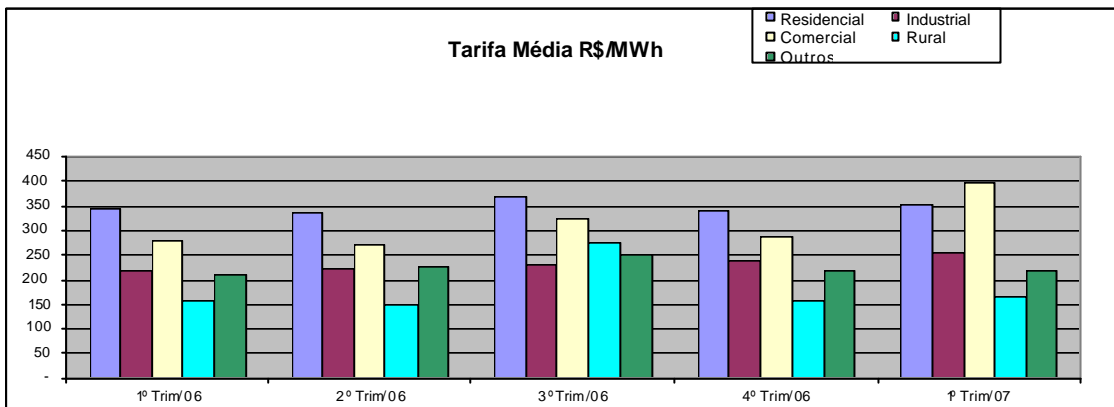


00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES



TARIFA MÉDIA
R\$/MWh



00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária dos acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie ou classe do capital social da companhia de forma direta ou indireta até o nível de Pessoas Físicas em 31.03.2007.

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PNA		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QTDDE	%	QTDDE	%	QTDDE	%	QTDDE	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	7.791.010	50,18	191	0,01	0	0,00	7.791.201	20,20
SC PART. E INVEST AS - INVEST	4.551.897	29,32	0	0,00	625.438	2,88	5.177.335	13,42
CENTRAIS ELETR. BRAS. - ELETROBRAS *	4.233	0,03	0	0,00	4.142.774	18,02	4.147.007	10,75
CAIXA PREV. BANCO DO BRASIL - PREVI	1.954.539	12,59	0	0,00	630.060	2,74	2.584.599	6,70
TARPON INVESTIMENTOS - GESTORA	0	0,00	0	0,00	2.091.192	9,09	2.091.192	5,42
WISTERIA HOLDINGS LLC **	0	0,00	0	0,00	1.403.100	6,10	1.403.100	3,64
HEDGING GRIFFO - FUNDOS ADM	0	0,00	0	0,00	2.243.912	9,76	2.243.912	5,82
L PARISOTTO PARTICIPAÇÕES LTDA	80.300	0,52	0	0,00	1.500.422	6,53	1.580.722	4,10
FUNDAÇÃO CELESC SEG. SOCIAL - CELOS	823.342	5,30	3.246	5,81	258.450	1,12	1.085.038	2,81
OUTROS	321.816	2,07	52.388	93,84	10.093.281	43,91	10.467.485	27,14
TOTAL	15.527.137	40,26	55.825	0,14	22.988.629	59,60	38.571.591	100,00

* Cia. de Capital Aberto

** Investidor Estrangeiro

Acionistas da Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. em 31.03.2007
 (Possui Capital dividido somente em ações ordinárias)

Nome	Quantidade de Ações	%
Estado de Santa Catarina	199.000	99,50
Cia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	1.000	0,50
Total	200.000	100

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 31.03.2007*.

Acionista	Qtidade de Ações Ordinárias	%	Qtidade de Ações Preferenciais "A"	%	Qtidade de Ações Preferenciais "B"	%	Total	%
Controlador	13.264.225	85,43	3.437	6,16	883.888	3,84	14.151.550	36,69
Administradores								
Cons. de Administração	0	0	0	0	2.500	0,01	2.500	0,01
Diretoria Executiva	0	0	0	0	0		0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Acionistas	2.262.912	14,57	52.388	93,84	22.102.241	96,1	24.417.541	63,3
Total	15.527.137	100	55.825	100	22.988.629	100	38.571.591	100

* Considerar grupamento de ações implementando em 02/10/2006 conforme aprovação na RCA de 11/08/2006.

"A companhia esta vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social".

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 31.03.2006.

Acionista	Qtidade de Ações Ordinárias	%	Qtidade de Ações Preferenciais "A"	%	Qtidade de Ações Preferenciais "B"	%	Total	%
Controlador	265.141.538	85,38	3.838	0,01	19.438.762	4,48	284.584.138	36,89
Administradores								
Cons. de Administração	0	0	7	0	50.001	0,01	50.008	0,01
Diretoria Executiva	0	0	0	0	0		0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Acionistas	45.401.196	14,62	26.586.406	100	414.860.075	95,5	486.847.677	63,11
Total	310.542.734	100	26.590.244	100	434.348.838	100	771.481.823	100

"A companhia esta vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social".

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31.03.2007.

	Quantidade de Ações (unidade)				
	Ordinárias	Preferenciais Classe "A "	Preferenciais Classe "B "	Total	Percentual
Capital Social (ações)	310.542.734	26.590.244	434.298.837	771.431.815	100,00%
Ações em Circulação	45.401.196	26.586.413	414.910.076	486.897.685	63,11%

Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Empresa informa que o auditor independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionadas à atividades de auditoria externa.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc
Florianópolis - SC

1. Efetuamos Revisão Especial das Informações Trimestrais - (ITR) da **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc**, Controladora e Consolidado, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Nossa Revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.

3. Baseados em nossa Revisão Especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais - (ITR) acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR).

4. As informações suplementares contidas na demonstração do fluxo de caixa são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das Informações Trimestrais - (ITR). Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossa Revisão Especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às Informações Trimestrais - (ITR) tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 40, em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para o Nível II de Governança Corporativa, a Empresa preparou conciliação que apresenta os efeitos decorrentes da adaptação das Informações Trimestrais - (ITR) relativa ao período findo em 31 de março de 2007, aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (United States Generally Accepted Accounting Principles - U.S. GAAP). Baseados em nossa Revisão Especial, não temos conhecimento de qualquer modificação

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

relevante, para que os itens componentes da conciliação mencionada na referida nota explicativa, representem adequadamente, as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.b, a Controladora Celesc Distribuição S.A mantém registrado, no ativo não circulante, créditos no montante de R\$38.148 mil, relacionados ao ativo regulatório das contribuições para o PIS e para a COFINS oriundos dos custos adicionais incorridos em função da majoração das alíquotas das citadas contribuições, não contempladas nos reajustes tarifários. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante processo de revisão dos critérios utilizados para apuração dos referidos créditos, consignados no memorando nº 467/2005 - SFF/ANEEL e homologados conforme a Nota Técnica nº 225/05 - SRE/ANEEL, de 25 de julho de 2005, reconheceu à Empresa, preliminarmente, o montante de R\$9.870 mil, cujo montante foi, na ocasião, reconhecido no ativo circulante, na conta ativos regulatórios -majoração alíquota PIS/COFINS. Tendo em vista as diferenças apuradas, decorrentes dos critérios utilizados na apuração dos créditos, a Empresa solicitou à ANEEL revisão dos procedimentos adotados, sendo que, eventuais ajustes, somente serão reconhecidos após a conclusão dos trabalhos de revisão e compensados a partir do próximo reajuste tarifário.

7. Por meio do Ofício nº 249/2005-DR/ANEEL, de 22 de agosto de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou o modelo de reestruturação societária da Empresa, consistindo na alienação de ativos de geração e todas as participações societárias estranhas à Concessão. Posteriormente, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 317, de 14 de setembro de 2005, confirmou o processo de reestruturação societária, determinando a data limite de 30 de junho de 2006 para a sua efetivação. Em 15 de maio de 2006, a Empresa solicitou a prorrogação do prazo à ANEEL, que, conforme Despacho ANEEL nº 1.371, de 27 de junho de 2006, resolveu negar a prorrogação de prazo solicitada, mantendo o prazo previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 217, e notificou a Empresa quanto ao não cumprimento do referido prazo, mediante o Termo de Notificação - TN nº 088/2006-SFF, de 03 de julho de 2006. A reestruturação foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de setembro de 2006. A partir de 02 de outubro de 2006 a Celesc Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, passou a operar como Controladora de suas subsidiárias integrais (Celesc Geração S.A e Celesc Distribuição S.A). A ANEEL anuiu com o processo de segregação de atividades da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13.a, em 31 de março de 2007 a Controladora possui crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$30.268 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986. A realização desses créditos depende da viabilização de alternativas para a renegociação de novas condições que permitam a realização daqueles créditos.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

9. As Empresas mantém operações com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan que, em 31 de março de 2007, apresenta a seguinte situação:

9.1. Na Controladora participação societária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan (nota explicativa nº 14.c) registrada pelo valor líquido de R\$29.445 mil (R\$110.716 mil menos R\$81.271 mil de provisão para perdas), que reflete o valor estimado de mercado da Casan, com base em trabalhos específicos de avaliação desenvolvidos por consultores especializados na data base de 31 de julho de 2005.

9.2. Créditos a receber nos montantes de R\$99.408 mil (Controladora) e R\$22.194 (Controlada - Celesc Distribuição S.A), decorrentes de fornecimento de energia elétrica, para os quais já foi constituída provisão para perdas no montante de R\$73.237 mil (Controladora). A realização desses créditos depende do desfecho das negociações, já iniciadas, entre a Empresa e a Casan.

10. O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e a demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2006, apresentados para fins de comparação, foram objetos de exame e revisão conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores. O parecer sobre o exame das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2006, datado de 22 de março de 2007, foi emitido contendo ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos nos parágrafos sexto, sétimo, oitavo e nono. Quanto ao Relatório sobre a Revisão Especial do trimestre findo em 31 de março de 2006, datado de 05 de maio de 2006, foi emitido contendo parágrafos de ênfase quanto ao mesmo assunto descrito sexto parágrafo deste Relatório.

Florianópolis, 15 de maio de 2007.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC(SC) nº 001.132/O-9